

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

MARCUS VINÍCIUS DOS SANTOS

**A RESPONSABILIDADE CIVIL DO CLUBE DE FUTEBOL POR
DANOS CAUSADOS POR SUAS TORCIDAS ORGANIZADAS**

FLORIANÓPOLIS

2015

MARCUS VINÍCIUS DOS SANTOS

**A RESPONSABILIDADE CIVIL DO CLUBE DE FUTEBOL POR
DANOS CAUSADOS POR SUAS TORCIDAS ORGANIZADAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do grau
de Bacharel em Direito da Universidade
Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Orlando Celso da Silva
Neto

FLORIANÓPOLIS

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado "**A responsabilidade civil do clube de futebol por danos causados por suas torcidas organizadas.**", elaborado pelo(a) acadêmico(a) **Marcus Vinícius dos Santos**, defendido em **06/07/2015** e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10,0 (dez), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

Florianópolis, 6 de Julho de 2015.



Orlando Celso da Silva Neto
Professor Orientador



Cláudio Eduardo Régis de Figueiredo e Silva
Membro de Banca



Patrícia Loureiro Abreu Alves Barbosa
Membro de Banca

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo averiguar se é possível que o clube de futebol seja responsável pelos atos de sua torcida organizada. Inicialmente, aborda-se o problema à luz do Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei nº 10.671/2003), enfatizando-se que a existência de uma relação de consumo entre torcedor e clube mandante implica em eventual responsabilidade civil objetiva pelo fato do serviço. Posteriormente, pretende-se investigar os limites e as possibilidades de responsabilização da entidade desportiva nas hipóteses em que o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) não tiver incidência, ou seja, quando os danos forem praticados por torcedores organizados além dos muros do estádio. Para tanto, analisa-se se o fato de o clube financiar a sua torcida organizada enseja – ou não – uma responsabilidade subjetiva, ou ainda, objetiva com base no risco da atividade, nos termos do art. 927, parágrafo único, do Código Civil.

Palavras-chave: Responsabilidade civil. Estatuto de Defesa do Torcedor. Código de Defesa do Consumidor. Responsabilidade objetiva. Defeito do serviço. Dever de segurança. Torcida organizada. Financiamento. Responsabilidade subjetiva. Teoria do risco.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADEMG	Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CBJD	Código Brasileiro de Justiça Desportiva
CC	Código Civil
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CDC	Código de Defesa do Consumidor
CF	Constituição Federal
EDT	Estatuto de Defesa do Torcedor
FCF	Federação Catarinense de Futebol
FFERJ	Federação de Futebol do Rio de Janeiro
FPF	Federação Paulista de Futebol
IBAPE-SC	Instituto Catarinense de Engenharia de Avaliações e Perícia
MP-BA	Ministério Público do Estado da Bahia
MP-MG	Ministério Público do Estado de Minas Gerais
MP-SC	Ministério Público do Estado de Santa Catarina
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJ/MG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais
TJ/RJ	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
TJ/SP	Tribunal de Justiça de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 AS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELO ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR	9
1.1 A definição de desporto profissional	9
1.2 O conceito jurídico de torcedor.....	10
1.3 O diálogo entre o Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei nº 10.671/2003) e o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)	13
1.3.1 A equiparação legal do torcedor ao consumidor	13
1.3.1.1 Defeito do serviço na prática esportiva	16
1.3.1.2 Vício do serviço na prática esportiva.....	18
1.3.2 A defesa dos interesses e direitos dos torcedores em juízo.....	20
1.3.2.1 A tutela coletiva	21
1.3.2.2 A tutela individual	23
1.4 O Sistema Nacional de Defesa do Torcedor (SDNT) com destaque à atuação do Ministério Público	24
1.5 Os direitos básicos dos torcedores	27
1.6 A definição e os deveres das torcidas organizadas	33
1.7 As melhorias propostas pelo movimento do Bom Senso Futebol Clube	35
2 A RESPONSABILIDADE CIVIL NO ÂMBITO DO ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR	36
2.1 A responsabilidade civil objetiva e solidária imposta à entidade detentora do mando de jogo, organizadora da competição e seus respectivos dirigentes com base no dever de segurança	36
2.1.1 Excludentes de responsabilidade	40
2.1.2 A responsabilidade do Estado e se a solicitação da presença policial afasta o dever de indenizar.....	43

2.2 A responsabilidade civil objetiva e solidária da torcida organizada e dos seus respectivos associados	50
3. A RESPONSABILIDADE CIVIL DO CLUBE DE FUTEBOL POR DANOS CAUSADOS POR SUAS TORCIDAS ORGANIZADAS	52
3.1 O financiamento das torcidas organizadas promovido pelos clubes	52
3.2 Relação jurídica entre o torcedor e o clube mandante	55
3.3 Relação jurídica entre o clube e a torcida organizada.....	59
3.3.1 Responsabilidade civil subjetiva.....	60
3.3.2 A (im)possibilidade de se ampliar a responsabilidade objetiva do clube de futebol e o Projeto de Lei nº 6.617/2013.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS	74

INTRODUÇÃO

Em 2003 foi promulgada a Lei nº 10.671, conhecida como Estatuto de Defesa do Torcedor, com o objetivo de proteger os direitos e os interesses de uma categoria específica de consumidor. O referido estatuto traz consigo uma série de responsabilidades e direitos que ainda não são do conhecimento de todos, como, por exemplo, a questão da responsabilidade civil nos eventos desportivos.

O tema despertou maior atenção em virtude dos inúmeros casos de acidentes de consumo e de violência ocorridos nos estádios de futebol e arredores. Em função disso, e também da pouca pesquisa sobre o assunto, observou-se a necessidade de discutir a responsabilidade do clube de futebol por danos causados por sua torcida.

Para tanto, em um primeiro momento, o presente trabalho se propõe a analisar os aspectos que envolvem a relação de consumo estabelecida entre o torcedor e a entidade desportiva detentora do mando de jogo, verificando-se os requisitos e os limites da responsabilidade civil do clube no âmbito do estatuto do torcedor e da legislação consumerista.

Todavia, sabe-se que, além dos acidentes de consumo ocorridos no interior dos estádios, o problema da violência transbordou os seus muros. Desse modo, nem sempre estaremos diante de uma relação de consumo entre o torcedor lesado e o clube mandante. É exatamente nesse ponto que a pesquisa ganha mais originalidade, pois a doutrina e a jurisprudência ainda não se pronunciaram a respeito do vínculo que determinados clubes constituem com as suas torcidas organizadas.

E num mundo em constante transformação, em que a sociedade pleiteia a responsabilização do clube como uma maneira de inibir atos violentos por parte das torcidas organizadas, deve-se analisar se a legislação vigente, especialmente o Estatuto do Torcedor e o Código Civil, comportam essa pretendida responsabilização.

O método adotado é o indutivo e a pesquisa foi realizada tendo como base a doutrina nacional a respeito do tema, a legislação vigente, a jurisprudência sobre os temas tratados e documentos da imprensa, em especial, matérias jornalísticas que acompanharam os fatos narrados ao longo dos capítulos.

Dito isso, no primeiro capítulo, são expostos, de modo geral, as principais inovações trazidas pelo Estatuto de Defesa do Torcedor, explicitando o conceito de desporto profissional e de torcedor, a fim de delimitar o campo de aplicação da referida lei. Em seguida, são analisadas quais consequências jurídicas decorrem da equiparação da entidade desportiva detentora do mando de jogo, bem como da entidade responsável pela organização da competição, à categoria de fornecedores de serviços, passando pela análise do vício e do defeito na atividade esportiva. Ao final, expõe-se os principais direitos dos torcedores, a definição e os deveres das torcidas organizadas e as melhorias propostas pelo movimento Bom Senso Futebol Clube.

O desenvolvimento segue, no segundo capítulo, analisando as hipóteses de responsabilidade civil com base nos dispositivos do Estatuto de Defesa do Torcedor. No ponto, são tecidas digressões acerca de a quem incumbe o dever de garantir a segurança dos torcedores no estádio e, caso o dano ocorra, quem deve repará-lo. Outra questão interessante diz respeito à responsabilidade do Estado nos eventos desportivos privados. Discute-se ainda se o cumprimento do dever de solicitação da polícia militar afasta a responsabilidade do clube e, por outro lado, se o seu descumprimento exime a responsabilidade estatal. Nas linhas finais do capítulo, o leitor tem, enfim, o primeiro contato com a responsabilidade civil da torcida organizada.

E finalmente, o terceiro capítulo estrutura a responsabilidade civil do clube de futebol em relação aos atos da sua torcida organizada em dois núcleos centrais: o primeiro diz respeito às hipóteses em que se aplica o Código de Defesa do Consumidor, enquanto o segundo está relacionado com a relação estabelecida entre a entidade desportiva e a sua torcida organizada. Discute-se se o fato de o clube financiar a sua torcida organizada lhe confere uma responsabilidade subjetiva, ou ainda, objetiva pelo risco da atividade (art. 927, parágrafo único, do Código Civil). Também neste capítulo são abordados os aspectos do Projeto de Lei nº 6.617/2013, que pretende instituir no Estatuto de Defesa do Torcedor uma responsabilidade civil solidária entre a entidade desportiva e a sua torcida organizada.

Mais do que respostas e possíveis soluções, são apresentados alguns questionamentos sobre os atuais dispositivos do Estatuto de Defesa do Torcedor e do Código de Defesa do Torcedor, refletindo e encontrando lacunas que dificultam a proteção efetiva do torcedor diante dos riscos na atividade esportiva.

1 AS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELO ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR

Este capítulo é dedicado à investigação das inovações trazidas pela Lei nº 10.671 de 15 de maio de 2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor). Para tanto, primeiramente serão apresentadas, de forma sintética, as definições básicas de desporto profissional e de torcedor. Em seguida, serão discutidos aspectos relevantes sobre o diálogo do Estatuto de Defesa do Torcedor com o Código de Defesa do Consumidor. Assim, com esse estudo, será possível verificar se a relação entre torcedor e clube/entidade organizadora da competição é consumerista e, caso afirmativo, se é possível aplicar o referido Estatuto, como lei mais específica, em conjunto com o Código de Defesa do Consumidor. Por fim, serão analisados os direitos e os deveres dos torcedores previstos na legislação esportiva, bem como as melhorias propostas pelo movimento do Bom Senso Futebol Clube.

1.1 A definição de desporto profissional

Inicialmente, para que se admita a aplicação do Estatuto de Defesa do Torcedor (EDT), tem-se como necessária a delimitação do objeto de proteção desta lei especial.

Com efeito, o legislador estabeleceu no art. 43 do EDT que “esta Lei aplica-se apenas ao desporto profissional”.

Dito isso, antes de conceituar a expressão “desporto profissional”, salienta-se que o art. 3º da Lei 9.615/1998 (Lei Pelé) reconheceu três modalidades de desporto, quais sejam, o desporto educacional, de participação e de rendimento. Nesse caminho, vale a transcrição literal do artigo para que se tenha uma definição ainda mais precisa de cada modalidade de desporto:

Art. 3º O desporto pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

E finalmente sobre a expressão “desporto profissional”, temos que esta constitui, a bem da verdade, uma subespécie de desporto de rendimento:

Conforme se extrai do texto legal, a lei somente é aplicada para o chamado “desporto profissional”, ou seja, **quando envolva uma competição profissional, assim considerada “aquela promovida para obter renda e disputada por atletas profissionais cuja remuneração decorra de contrato de trabalho esportivo”**, nos termos do parágrafo único do art. 26 da Lei 9.615/98 (incluído pela Lei 10.672/2003). Aliás, o parágrafo único, do art. 3º, em seu inciso I, deste diploma legal, define o desporto profissional como aquele **“caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática esportiva”**.¹ (grifo nosso).

Por sua vez, o desporto de rendimento pode ser organizado e praticado de modo profissional e não-profissional, nos termos do art. 3º, parágrafo único, incisos I e II, da Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé). O primeiro é caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática esportiva, enquanto o segundo é identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e patrocínio.

Desse modo, uma primeira conclusão é que o desporto não-profissional, caracterizado pela liberdade de prática e inexistência de contrato de trabalho, não está amparado pelo EDT.

Sobre tal particularidade, menciona-se que o Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao se deparar com a controvérsia, deixou assente que o EDT não pode ser aplicado a evento organizado pela Confederação Brasileira de Ginástica, como pretendia o Conselho Federal de Enfermagem, em razão das ginastas não possuírem vínculo empregatício (contrato formal de trabalho) com aquela confederação ou com entidades a elas filiadas.²

Por sua vez, o art. 26 da Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé) disciplina que os atletas e as entidades de prática desportiva são livres para organizar a atividade profissional, qualquer que seja a sua modalidade. Contudo, como visto anteriormente, conclui-se que somente estaremos diante de um desporto profissional, quando cumprido o requisito da existência de contrato formal de trabalho celebrado entre o atleta e a entidade de prática esportiva.³

1.2 O conceito jurídico de torcedor

¹ GOMES, Luiz Flávio et al. Estatuto do Torcedor Comentado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 134.

² BRASIL. STJ. REsp 1.335.856/RJ, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 23/8/2012.

³ Cf. SANTORO, Luiz Felipe Guimarães. O desporto profissional no ordenamento jurídico brasileiro. Revista Brasileira de Direito Desportivo, São Paulo, ano X, v. 20, p. 113-127, jul.-dez., 2011

De acordo com o art. 2º, caput, do EDT, “torcedor é toda pessoa que aprecie, apoie, ou se associe a qualquer entidade de prática desportiva do país e acompanhe a prática de determinada modalidade esportiva”.

Na sequência, o parágrafo único do artigo segundo dispõe que “salvo prova em contrário, presume-se a apreciação, o apoio ou o acompanhamento de que trata o caput deste artigo”.

Da leitura dos dispositivos citados, extrai-se que o EDT estabeleceu uma presunção relativa de que todo cidadão é torcedor, rechaçando, por consequência, a ideia de que torcedor/consumidor seja somente o indivíduo de adquire ingressos.⁴

No ponto, salienta-se que essa presunção *juris tantum* representou um verdadeiro avanço no que diz respeito à proteção dos direitos do torcedor, na medida em que o art. 42, § 3º, da Lei nº 9.615/98 (Lei Pelé) equipara ao consumidor, para fins de aplicação da legislação consumerista, apenas a figura do torcedor pagante, ou seja, aquele indivíduo que comparece um evento esportivo por meio da compra de um ingresso.⁵

Assim, em razão de também ser considerado torcedor, o cidadão/consumidor que adquire o direito de assistir a um determinado campeonato ou evento esportivo, por meio do sistema de “pay-per-view”, pode se valer também dos dispositivos contidos no EDT para pleitear e resguardar os seus direitos.

Ainda sobre a inexigibilidade da presença física do torcedor no local em que ocorre a prática desportiva, ressalta-se que

[...]; apreciar, apoiar, ou se associar a determinada entidade esportiva, ou mesmo acompanhar a prática de determinada modalidade não implica, necessariamente, a necessidade de comparecimento do torcedor no estádio, tampouco o pagamento do ingresso. **Aquele que acompanha a prática de determinada modalidade esportiva, pode fazê-lo pela TV, pelos jornais, ou pela internet, sem a necessidade de ter adquirido o ingresso ou mesmo comparecido diretamente à arena na qual se realiza o evento esportivo.**⁶ (grifo nosso).

E a expansão do conceito de “torcedor” reside justamente na necessidade de proteger o apreciador de desporto profissional que, mesmo à distância, gera receita para o veículo midiático responsável pela cobertura do evento esportivo (remunerando-o diretamente e/ou por meio da propaganda veiculada no horário) e para as entidades de prática esportiva que negociam a venda de direitos de transmissão e outros interesses comerciais.

⁴ Cf. SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. Estatuto do Torcedor: A evolução dos direitos do consumidor do esporte (Lei 10.671/2003). Belo Horizonte: Alfstudio Produções, 2009, p. 69.

⁵ *Ibidem*. p. 70.

⁶ GOMES, Luiz Flávio et al. *Op. Cit.*, p. 16.

A respeito do mencionado componente econômico:

Há, com efeito, uma cadeia de produção econômica que tem origem e fim na figura do torcedor, assim considerado aquele que assiste ao evento esportivo pela TV, por exemplo. Esse torcedor, ademais, faz subir os índices de audiência de determinada emissora e, com base nessa audiência, o canal de TV vende seus espaços comerciais. Com as receitas obtidas pela venda de espaços comerciais na TV, as emissoras negociam com os clubes o direito de transmissão dos eventos esportivos (direito do qual os clubes são titulares por força do art. 42 da Lei Pelé). Os clubes, portanto, recebem pela autorização para transmissão um valor proporcional ao interesse que as partidas realizadas despertam em termos de audiência, cujo reflexo se dá na venda dos espaços comerciais. No começo e no final da linha, portanto, está o torcedor que assiste à partida ou prova pela TV e que faz girar toda essa cadeia econômica.⁷

Considerando a hipótese de o telespectador ser considerado um torcedor, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP) confirmou a condenação solidária da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), da Federação Paulista de Futebol (FPF), dos ex-árbitros Edilson Pereira de Carvalho e Paulo José Danelon, e do empresário Nagib Fayad, por danos morais difusos causados à coletividade de torcedores, em razão da manipulação indevida de resultados das partidas no Campeonato de Brasileiro e no Campeonato Paulista de 2005.

Ao analisar a possibilidade, a relatora do acórdão afirmou que o EDT - ao estabelecer no art. 2º que torcedor é toda pessoa que aprecie, apoie ou se associe a qualquer entidade de prática esportiva no País e acompanhe a prática de determinada modalidade esportiva - definiu uma natureza difusa de torcida.⁸

Aquela relatoria entendeu ainda que “[...]; analisado como espetáculo, o futebol apresenta entretenimento, o que se tem acesso através da compra de bilhetes no estádio, de TV fechada (nas duas hipóteses com remuneração direta do torcedor) ou de TV aberta, que se remunera através da propaganda veiculada no horário”.⁹ Portanto, incontroverso que “[...] o torcedor que assiste ao jogo, seja lá de que maneira for, recebe a prestação de serviço, configurada pelo acesso ao espetáculo”.¹⁰

E finalmente, tendo o parágrafo único do art. 2º do EDT ressaltado que a qualidade de apreciador, de apoio ou de acompanhamento, é presumida *juris tantum*, resta cediço que o ônus de provar o contrário é do eventual interessado.¹¹

⁷ *Ibidem*, p. 17.

⁸ BRASIL. TJ/SP. AC 0145102-40.2006.8.26.0100/Capital, Rel. Des. Lucila Toledo de Barros Gevertz, 9ª Câmara de Direito Privado, julgado em 12/03/2013.

⁹ BRASIL. TJ/SP. AC 0145102-40.2006.8.26.0100/Capital, Rel. Des. Lucila Toledo de Barros Gevertz, 9ª Câmara de Direito Privado, julgado em 12/03/2013.

¹⁰ BRASIL. TJ/SP. AC 0145102-40.2006.8.26.0100/Capital, Rel. Des. Lucila Toledo de Barros Gevertz, 9ª Câmara de Direito Privado, julgado em 12/03/2013.

¹¹ Cf. SIMÃO, Calil. Estatuto de Defesa do Torcedor: comentado. Leme: Editora J. H. Mizuno, 2011, p. 17.

1.3 O diálogo entre o Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei nº 10.671/2003) e o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)

O EDT, ainda que mais específico, pode ser aplicado de forma concomitante e simultânea com o Código de Defesa do Consumidor (CDC). Isso significa dizer que, além das garantias expressamente previstas no referido estatuto, o torcedor tem a seu favor outros direitos presentes na legislação consumerista.

E esse diálogo se dá em razão dos arts. 3º e 40 do EDT, pois enquanto o primeiro equipara o fornecedor à entidade responsável pela organização da competição, bem como a de prática esportiva detentora do mando de jogo, o segundo enuncia que na defesa dos interesses e direitos dos torcedores em juízo caberá, no que couber, a mesma disciplina utilizada em favor dos consumidores de que trata o título III do CDC.

Nesse contexto, percebe-se que “entre o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto de Defesa do Torcedor forma-se um sistema integrativo de normas, no qual a interpretação é no sentido de ampliar direitos”.¹²

1.3.1 A equiparação legal do torcedor ao consumidor

Como visto anteriormente, o art. 3º do EDT equiparou a fornecedor, nos termos do código consumerista, a entidade responsável pela organização da competição, bem como a entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo.

Em primeiro lugar, antes de discorrer sobre as implicações jurídicas dessa equiparação, faz-se necessário conceituar entidade responsável pela organização da competição e entidade detentora do mando de jogo.

A entidade responsável pela organização da competição é justamente aquela que organiza um determinado campeonato. No caso, por exemplo, da Copa do Brasil e do Campeonato Brasileiro das séries A, B, C e D, a entidade responsável pela elaboração do regulamento das referidas competições é a CBF.¹³

¹² SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. *Op. Cit.* p. 72

¹³ Cf. SIMÃO, Calil. *Op. Cit.* p. 18.

D’outra parte, a entidade detentora do mando de jogo é a pessoa jurídica que detém, por força das disposições contidas no regulamento da competição, a prerrogativa de escolher o local em que será promovido o evento esportivo. Além disso, por óbvio, a entidade de prática esportiva com mando de jogo é aquela que comercializa ingressos, capta a renda proveniente da bilheteria e adota medidas preventivas de segurança aos torcedores.¹⁴

Importante advertir nesse particular que sempre haverá um mandante. Por exemplo, em partida de futebol entre Flamengo e São Paulo pelo campeonato brasileiro, com mando do primeiro, os responsáveis seriam a CBF (organizadora), a Federação de Futebol do Rio de Janeiro (FFERJ) e o clube carioca. Contudo, o que constitui questão polêmica é se a agremiação detentora do mando permanece responsável mesmo na hipótese em que promova uma partida em um estádio que não seja de sua propriedade.

A respeito dessa controvérsia, a doutrina se posiciona no sentido de que a realização de jogos em outras praças esportivas, independentemente do motivo da mudança, não retira da entidade – considerada inicialmente mandante pela tabela da competição - a competência de organizar a partida.¹⁵

Além do mais, recorda-se que “[...]; no futebol (e nos demais esportes em geral), o clube que possui o mando de campo é identificado no lado esquerdo da tabela”, de modo que a sua responsabilidade permanece hígida mesmo quando a partida é disputada em estádios públicos ou campos neutros.¹⁶

Feitas essas distinções, ressalta-se que o principal efeito jurídico da equiparação prevista no art. 3º do EDT é que toda a responsabilidade imposta ao fornecedor de serviços pode, nos moldes dos arts. 12 e 14 do CDC, ser atribuída à entidade organizadora da competição, bem como à entidade de prática desportiva com mando de jogo.¹⁷

Assim, “[...]; chega-se à conclusão de que os componentes da relação de consumo são o torcedor (consumidor), a entidade organizadora ou mandante (fornecedor), o evento esportivo (produto ou serviço) e o seu fato propulsor”.¹⁸

Por sua vez, o art. 3º do CDC define que “fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que

¹⁴ Cf. JORDÃO, Milton Souza; SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. *Comentários ao Estatuto do Torcedor* (Lei nº 10.671/2003). Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013, p. 14.

¹⁵ *Ibidem*. p. 45.

¹⁶ GOMES, Luiz Flávio et al. *Op. Cit.*, p. 52.

¹⁷ Cf. SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. *Op. Cit.* p. 70.

¹⁸ *Ibidem*. p. 72.

desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços”.

Como se vê, o código consumerista trabalha com a ideia de fornecedor de produtos e serviços. Contudo, no caso específico do evento esportivo, as entidades responsáveis pela organização da competição, bem como a de prática detentora do mando de jogo, são equiparadas tão somente à figura do prestador de serviços.

Nesse contexto, segundo o § 2º do art. 3º do CDC, “serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista”.

Assim, sabendo que tais entidades são equiparadas a fornecedoras de serviços de entretenimento, conclui-se que a elas é atribuída a responsabilidade pelo fato ou vício do serviço, de acordo com os arts. 14 e 20 do CDC. E da leitura desses dispositivos, verifica-se que os defeitos do serviço estão regulados no primeiro, enquanto os vícios no segundo.

Haverá defeito quando a má prestação do serviço causar acidentes de consumo, isto é, danos ou riscos à saúde ou integridade física do consumidor. Por outro lado, quando a prestação inadequada do serviço repercutir somente na esfera econômica do consumidor, causando-lhe prejuízos meramente patrimoniais, estaremos diante de um vício.

Nesse sentido, o defeito é, em síntese, a carência de segurança dentro dos padrões da expectativa legítima dos consumidores. Os defeitos do serviço aptos a causar um acidente de consumo podem ser de prestação, de concepção ou de comercialização.¹⁹

O defeito de prestação, como o próprio nome já diz, manifesta-se no próprio ato da prestação do serviço. Ele é visto como um desvio de um padrão de qualidade fixado antecipadamente. Já o defeito de concepção surge na própria formulação do serviço, na escolha dos seus métodos e na fixação de seu conteúdo. E finalmente, o defeito de comercialização nos serviços decorre da ausência de informações suficientes e adequadas sobre sua fruição e riscos.²⁰

D’outra parte, o CDC disciplina, em seu art. 20, a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualidade e quantidade do serviço. Assim, tem-se que:

¹⁹ Cf. BENJAMIM, Antonio Herman. V. Manual de Direito do Consumidor et al. 5 ed. São Paulo: Editora RT, 2013. p. 180

²⁰ *Ibidem*. p. 72.

[...] os primeiros tornam o serviço impróprio ao consumo ou lhe diminuem o valor. Impróprios são os serviços que se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como aqueles que não se atendam as normas regulamentares de prestabilidade, conforme § 2º. Vícios de quantidade, ainda que assim não denominados pelo art. 20, são aqueles que apresentam disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária.²¹

Por sua vez, o atendimento do grau de qualidade e funcionalidade dos serviços não deve ser aferido unicamente pelas cláusulas contratuais, mas também em cotejo com outros elementos, isto porque:

[...]; para se constatar o atendimento das obrigações do fornecedor relativas à propriedade do serviço, o contrato deve ser analisado em conjunto com outros elementos (oferta, publicidade, fins que razoavelmente se esperam do serviço, normas regulamentares de prestabilidade). Ou seja, cuida-se de regime misto que absorve aspectos contratuais e extracontratuais. O contrato, normalmente redigido pelo mais forte (fornecedor), deve ser analisado circunstancialmente, considerando os elementos indicados.²²

Desse modo, além de estabelecer um maior grau de objetivação na análise da qualidade de serviço, o CDC facilita a satisfação do contratante ao permitir, nos incisos I a III do art. 20, que este exija, alternativamente e à sua escolha: **a)** a reexecução dos serviços prestados, sem custo adicional e quando cabível; **b)** a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; e **c)** o abatimento proporcional do preço pago.

1.3.1.1 Defeito do serviço na prática esportiva

No cenário do defeito do serviço, recorda-se que diversos acidentes em estádios marcaram a história do esporte brasileiro, causando diversos danos aos torcedores/consumidores em virtude da falha no dever de segurança.

Caso emblemático na jurisprudência brasileira, em que se aplicam às regras atinentes ao defeito do serviço foi o julgamento da Apelação Cível nº 0011661-37.2001.8.19.0001 pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ/RJ), oportunidade em que se deu provimento à apelação interposta pelos torcedores/consumidores para condenar o Vasco da Gama (mandante) ao pagamento de danos morais.

Isso porque, na final da Copa João Havelange de 2001 – jogo disputado entre Vasco e São Caetano –, após um tumulto entre torcedores da equipe carioca, parte da grade de

²¹ CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de direito do consumidor. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 301.

²² BENJAMIM, Antonio Herman V. Manual de Direito do Consumidor et al. *Op. Cit.* p. 206.

separação da arquibancada cedeu, deixando cerca de 200 (duzentos) feridos.²³ Os torcedores vitimados ajuizaram uma ação em face do Vasco, clube mandante, relatando que foram empurrados contra a grade do estádio e, após o acidente, acabaram pisoteados e esmagados pela multidão.

Contudo, em primeiro grau, a sentença entendeu pela improcedência do pedido, sob o fundamento de caso fortuito, já que “[...]; a alegação de superlotação não restou comprovada, assim como a falta de manutenção nas instalações”.²⁴

O TJ/RJ, por sua vez, reformou a sentença, trazendo o entendimento de que “[...]; o réu, na qualidade de prestador de serviços de diversão do estádio de futebol, tem o dever de oferecer condições básicas essenciais de bem-estar às pessoas que, pagando ingressos, vão ocupar as dependências do estádio para assistir ao jogo”.

Além disso, o relator abordou no seu voto os seguintes argumentos:

[...]; essa obrigação aludida é inseparável dos misteres confiados à competência da entidade que administra o estádio, neles incluídas, genericamente, as providências ligadas à segurança e organização dos vários setores e dos torcedores.

A ocorrência de tumultos e brigas na torcida é fato previsível, principalmente tratando-se de uma final de campeonato brasileiro, não podendo o alegado tumulto ser considerado causa excludente de responsabilidade do réu no presente caso.

Incidentes como brigas de torcedores e lotação do estádio eram esperados, como normalmente ocorre em decisões de futebol, cumpria ao réu tomar medidas de segurança para evitar o evento danoso, o que não ocorreu.

Ademais, o laudo de exame local acostado aos autos às fls. 200/207 concluiu que “... a queda da grade de separação da arquibancada e o campo, na área identificada como de nº 02, ocorreu devido aos esforços perpendiculares sofridos pela estrutura, **tendo concorrido para o evento o precário estado de conservação dos tirantes de barras de aço que fixavam ao piso**”.

Dessa forma, deixando o réu de tomar as providências imprescindíveis para propiciar a segurança aos torcedores, mostra-se inquestionável o seu dever de indenizar.²⁵ (grifo do autor).

Já no ano de 2007, a queda de um degrau de arquibancada do estádio da Fonte Nova, durante o jogo entre Bahia e Vila Nova pelo Campeonato Brasileiro da Série C, provocou a morte de 7 (sete) torcedores, além de dezenas de feridos. No caso, não havia um laudo estrutural do estádio, bem como já se tinha conhecimento de que este apresentava inúmeros

²³ Cf. JORDÃO, Milton; SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. *Op. Cit.* p. 52.

²⁴ BRASIL. TJ/RJ. Processo n. 2001.001.011353-9, Juíza Prolatora Anna Eliza Duarte Diabs Jorge, 22ª Vara Cível da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, julgado em 14/12/2011.

²⁵ BRASIL. TJ/RJ. AC 0011661-37.2001.8.19.0001/Capital, Rel. Des. Cleber Ghelfenstein, Décima Quarta Câmara Cível, julgado em 12/11/2012, DJe 12/11/2012.

problemas, tendo o Ministério Público da Bahia (MP-BA) pedido a interdição meses antes da tragédia.²⁶

Atualmente, está em trâmite na justiça baiana uma Ação Civil Pública ajuizada pelo MP-BA, onde se busca a responsabilização da CBF, da Federação Baiana de Futebol (FBF) e da Polícia Militar da Bahia pelos danos materiais e morais causados às vítimas e aos seus familiares, uma vez que, ao negligenciarem as diversas irregularidades na estrutura do estádio, estes acionados descumpriram o dever de segurança a eles imposto pelo capítulo IV do EDT.²⁷

Por fim, ressalta-se que temos outros exemplos de acidentes de consumo em estádios brasileiros, como, por exemplo: **a)** o torcedor do Criciúma Esporte Clube que teve a sua mão dilacerada ao tentar se defender de um material explosivo lançado pela torcida adversária²⁸; **b)** a queda de torcedores no fosso em virtude da queda de alambrado no estádio do Grêmio Football Porto Alegre no momento em que comemorava um gol, por meio do que denomina “avalanche”²⁹; e **c)** o confronto entre torcedores no jogo Atlético Paranaense e Vasco da Gama pelo Campeonato Brasileiro da Série A, em Joinville-SC, uma vez que a segurança privada contratada pelo mandante não conseguiu conter as torcidas rivais.³⁰

1.3.1.2 Vício do serviço na prática esportiva

Conforme anteriormente analisado, o dano causado por vício na prestação do serviço tem reflexos meramente patrimoniais, podendo o consumidor exigir, alternativamente e ao seu critério, a reexecução do serviço, a restituição da quantia paga ou, ainda, o abatimento

²⁶ Disponível em: <<http://ne10.uol.com.br/canal/esportes/futebol/noticia/2011/11/25/tragedia-da-fonte-nova-completa-quatro-anos-311977.php>>. Acesso em 30/04/2015.

²⁷ Para mais informações sobre o assunto, consultar os autos da Ação Civil Pública nº 0204918-07.2007.8.05.0001. Ressalta-se que o Instituto Gol Brasil, na condição de entidade representativa dos interesses dos torcedores de futebol do Brasil, também ajuizou uma Ação Civil Pública contra a CBF e o Esporte Clube Bahia, sob o nº 0205217-81.2007.8.05.0001, na qual pleiteia a responsabilização destas entidades e de seus respectivos dirigentes em razão do não atendimento do dever de segurança a eles imposto pelo EDT.

²⁸ Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/esportes/201326-familia-de-torcedor-do-criciuma-que-perdeu-a-mao-ainda-aguarda-por-justica.html>>. Acesso em 30/04/2015. (Salienta-se que, no caso, foi ajuizada uma ação condenatória em face do Criciúma Esporte Clube (mandante) e a Federação Catarinense de Futebol (FCF – organizadora da competição), a qual ainda se encontra em trâmite sob o nº 020.08.021842-3

²⁹ Disponível em: <<http://esportes.terra.com.br/gremio/policia-indicia-3-engenheiros-por-acidente-na-arena-dogremio,f0948baa07c310VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>>. Acesso em 30/04/2015.

³⁰ Disponível em: <<http://esporte.ig.com.br/futebol/2013-12-08/sem-pm-no-estadio-briga-de-torcedores-paralisa-jogo-entre-atletico-pr-e-vasco.html>>. Acesso em 30/04/2015.

proporcional do preço. E no caso da promoção de eventos esportivos são muitos os exemplos de vícios causados pela prestação inadequada do serviço.

Uma prática recorrente é a venda de ingressos acima da capacidade total da praça esportiva em que será realizado determinado evento. Nesse caso, cada torcedor lesado, por não ter assistido ao evento, poderá requerer a restituição do valor pago pelo ingresso, além de eventuais perdas e danos. Isso porque, o inadimplemento do fornecedor pode dar ensejo a danos extrapatrimoniais, como, em tese, na hipótese de o torcedor perder a oportunidade de ver o seu time campeão por conta da referida superlotação do estádio.

Outro exemplo que vale a pena ser citado é o da manipulação de resultados de jogos. Nesse contexto, nos termos dos artigos 5º e 30, do EDT, registre-se que a transparência da competição e a lisura da arbitragem são tidos como direitos subjetivos da torcida.

Com base nesse raciocínio, o TJ/SP manteve a decisão que impôs à CBF e à FPF a obrigação de reparar o dano moral difuso causado à coletividade de torcedores, entendendo no caso em análise que “[...]; *esse dano ao sentimento de lisura do campeonato, que pode comprometer a alegria da torcida, até mesmo quando o time seja vencedor, simplesmente não se apaga pela repetição de jogos anulados*”³¹ e, portanto, “[...]; *é inquestionável que a máfia do apito provoca abalo, repulsa e indignação, por causa da injusta lesão da esfera moral da coletividade fundamentalmente representada pelos torcedores*”.³²

Uma decisão semelhante foi proferida pela Primeira Turma Recursal do Estado do Rio de Janeiro, quando os juízes entenderam que a chamada “máfia do apito”, além de violar os direitos subjetivos da torcida previstos no EDT, representa uma verdadeira ofensa aos princípios basilares do CDC, tais como o da boa-fé, o da lealdade e o da transparência.

No caso, conforme noticiado pelo site “ConJur”, reconheceu-se a possibilidade de um torcedor ser indenizado, individualmente, pelos danos morais suportados em virtude dessa manipulação de resultados:

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) foi condenada pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Rio de Janeiro a indenizar um torcedor do Fluminense em R\$ 3.500 por danos morais. Em agosto de 2005, o carioca Bruno Barcellos Moura foi a Caxias do Sul assistir a Fluminense e Juventude. A partida, porém, foi anulada, pois se tratava de um dos jogos apitados pelo árbitro Edílson Pereira de Carvalho, acusado de envolvimento na “Máfia do Apito”. A decisão foi unânime, mas ainda cabe recurso no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

³¹ BRASIL. TJ/SP. AC 0145102-40.2006.8.26.0100/Capital, Rel. Desa. Lucila Toledo de Barros Gevertz, 9ª Câmara de Direito Privado, julgado em 12/03/2013.

³² BRASIL. TJ/SP. AC 0145102-40.2006.8.26.0100/Capital, Rel. Desa. Lucila Toledo de Barros Gevertz, 9ª Câmara de Direito Privado, julgado em 12/03/2013.

Em sua defesa, a CBF alegou que não é “promotora de espetáculos” e que os árbitros do Campeonato não são seus “prepostos”, não os remunerando nem se responsabilizando pelos seus atos. Ela disse ainda que a anulação do jogo se deve ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD).

Breno Mascarenhas, juiz relator do caso, afirmou que não há dúvida de que o réu “comanda o futebol brasileiro”, **é o organizador do Campeonato e que se beneficia da renda produzida pela competição. Além disso, o magistrado pondera que o autor da ação se qualifica como consumidor de serviço, do qual a CBF é fornecedora.**³³

Daí porque, como bem salientou o douto magistrado relator daquele processo “[...] *é direito do consumidor a informação clara sobre a qualidade do serviço que lhe é prestado. Por outro lado, é proibida a publicidade enganosa, isto é, qualquer informação inteira ou parcialmente falsa sobre dado essencial do produto capaz de induzir o consumidor a erro*”.³⁴

No mesmo sentido, a juíza presidente da sessão acrescentou que “[...] *os danos morais existiram pelo desrespeito à legítima expectativa do consumidor de assistir a um jogo realizado dentro dos norteadores da honestidade e lealdade esportiva*”.³⁵

Desse modo, pela leitura do voto, conclui-se que o torcedor, além de contar com uma série de dispositivos protetivos no EDT – como, por exemplo, a responsabilidade civil objetiva e solidária das entidades descritas pelo art. 19 daquela legislação – poderá se valer ainda dos princípios norteadores do CDC para fundamentar eventuais pleitos indenizatórios, o que demonstra os benefícios desse diálogo estabelecido entre as legislações.

1.3.2 A defesa dos interesses e direitos dos torcedores em juízo

De acordo com o art. 40, do EDT, “a defesa dos interesses e direitos dos torcedores em juízo observará, no que couber, a mesma disciplina da defesa dos consumidores em juízo de que trata o Título III da Lei nº 9.078, de 11 de setembro de 1990”.

E na linha do que dispõe o art. 81, parágrafo único, do CDC, temos que a defesa dos interesses e direitos do torcedor poderá ser exercida em juízo individualmente, ou de forma

³³ Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2006-ago-16/cbf_condenada_indenizar_torcedor_anular_jogo>. Acesso em 30/04/2015.

³⁴ BRASIL. CONSELHO RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Recurso Inominado 0244760-69.2005.8.19.0002. Rel. Juiz Breno Cruz Mascarenhas Filho, Primeira Turma Recursal, julgado em 06/06/2006.

³⁵ Trecho extraído do voto da juíza Cristina Tereza Gaulia (Conselho Recursal do RJ) no Recurso Inominado nº 0244760-69.2005.8.19.0002, Rel. Juiz Breno Cruz Mascarenhas Filho, Primeira Turma Recursal, julgado em 06/06/2006.

coletiva, quando se tratar de: **a)** interesses ou direitos difusos; **b)** interesses ou direitos coletivos; e **c)** interesses ou direitos individuais homogêneos.³⁶

A título exemplificativo, suponha-se que determinados indivíduos, embora munidos de ingressos, tenham sido impedidos de adentrar ao estádio, sob o argumento de que já excedida sua lotação. Poderá cada torcedor, de forma isolada, ajuizar uma ação, objetivando, v.g., a devolução do dinheiro gasto com a compra do ingresso, bem como os danos morais decorrentes da não assistência ao jogo. Vislumbra-se, aí, que cada lesado tem a faculdade de reclamar – ou não – o prejuízo próprio, individualmente.³⁷

Contudo, chama-se a atenção para o fato de que:

[...]; esse modelo tradicional de defesa de direitos em Juízo, no entanto, não mais se revela suficiente para abranger toda a gama de alterações sofridas pela sociedade. De forma que o dinamismo da vida moderna, seus conflitos e contradições, a transformação ocorrida em espaços políticos, culturais, sociais e econômicos, gerou novos direitos, até então desconhecidos pelo modelo em vigor. Assim, mais recentemente se passou a cogitar dos chamados novos direitos, sendo o direito do consumidor um dos exemplos mais notáveis dessa transformação. A tais direitos, bem a propósito, se dá o nome de direitos transindividuais, que, segundo classificação do próprio CDC, se dividem em direitos individuais homogêneos, coletivos ou difusos.³⁸

Em um panorama geral, antes de adentrar na análise da tutela coletiva, pode-se diferenciar os direitos transindividuais da seguinte maneira:

[...]; a) se o que une interessados determináveis é a mesma situação de fato (p. ex., os consumidores que adquiriram produtos fabricados em série com defeito), temos **interesses individuais homogêneos**; b) se o que une interessados determináveis é a circunstância de compartilharem a mesma relação jurídica (como os consorciados que sofrem o mesmo aumento ilegal das prestações), temos **interesses coletivos em sentido estrito**; c) se o que une interessados indetermináveis é a mesma situação de fato (p. ex., os que assistem pela televisão à mesma propaganda enganosa), temos **interesses difusos**.³⁹ (grifo nosso)

1.3.2.1 A tutela coletiva

Nesse contexto, pode-se ver que o CDC, no seu art. 82, estabelece uma legitimidade concorrente e disjuntiva para a propositura de eventual ação coletiva. Ela é concorrente porque atribuída, de forma concomitante, a mais de uma pessoa ou ente, e é disjuntiva em

³⁶ Cf. SIMÃO, Calil. *Op. Cit.* p. 101.

³⁷ Cf. GOMES, Luiz Flávio et al. *Op. Cit.* p. 109.

³⁸ *Ibidem.* p. 109.

³⁹ MAZZILLI, Hugro Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor e outros interesses difusos e coletivos. 12ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Editora Saraiva, 2000, p. 41.

razão de que cada colegitimado pode ir a juízo separadamente ou em conjunto (litisconsórcio facultativo). Não há que se falar, portanto, em anuência de todos os legitimados⁴⁰

Assim, temos como legitimados de forma concorrente e disjuntiva: **a)** o Ministério Público; **b)** a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal; **c)** as entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos dos torcedores; e **d)** as associações legalmente constituídas há pelo menos 1 (um) ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos dos torcedores.⁴¹

Ressalta-se, também, que todas as espécies de ações são cabíveis: ação declaratória, constitutiva, condenatória, mandamentais e executivas *latu sensu*. Todavia, nos moldes do art. 84 do CDC, ainda mais interessante é a possibilidade de obtenção de uma tutela específica, inclusive a título liminar, para, v.g., “[...]; impor à entidade desportiva responsável uma obrigação de cumprir as normas de segurança, alimentação, higiene, ou, ainda, de se abster em sediar um determinado jogo – interditar o estádio, enquanto não observadas essas normas”.⁴²

Anota-se ainda que, conforme disposto no art. 94 do CDC, uma vez proposta ação coletiva em defesa dos interesses dos torcedores será, “[...]; publicado edital no órgão oficial, a fim de que os interessados possam intervir no processo como litisconsortes, sem prejuízo de ampla divulgação pelos meios de comunicação social por parte dos órgãos de defesa do consumidor”.

Outrossim, além de não haver adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais ou quaisquer outras despesas (CDC, art. 87), registra-se que a coisa julgada na ação coletiva produzirá: **a)** efeitos *erga omnes*: nos casos de improcedência pelo mérito, e não em razão de mera ausência de provas, bem como na hipótese de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores⁴³; **b)** efeito *ultra partes*: limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por falta de provas (art. 103, CDC).

⁴⁰ Cf. SIMÃO, Calil. *Op. Cit.* p. 101.

⁴¹ *Ibidem.* p. 102.

⁴² *Ibidem.* p. 102.

⁴³ PADILHA, Rodrigo Correa. Repercussão da coisa julgada em ação civil pública. Disponível em <<http://www.rodrigopadilha.com.br/antigo/adm/pdfs/1296825533.pdf>>. Acesso em 30/4/2015. A questão da improcedência do pleito com análise de mérito merece melhor análise. É que quando o titular do direito material requer o ingresso na ação civil pública como litisconsorte estará participando da relação jurídica processual, sendo atingido, portanto, pela coisa julgada material. Contudo, àqueles que permaneceram inertes, não intervindo na ação coletiva, não serão atingidos pela decisão prejudicial, nos termos do art. 103, § 2º, do CDC.

Já o § 1º do art. 103 do CDC estabelece que “os efeitos da coisa julgada previstos nos incisos I a III não prejudicarão interesses e direitos individuais dos integrantes da coletividade, do grupo, categoria ou classe”.

No ponto, ressalta-se que um dos benefícios da ação coletiva é que a coisa julgada não prejudica o direito dos torcedores/consumidores de propor ação individual. Além disso, nos termos do art. 97 do CDC, o interessado ou seus sucessores poderão requerer a liquidação ou a execução do seu direito fundado na procedência do pedido na ação coletiva.

Por fim, além da possibilidade de a sentença na ação coletiva fixar danos morais de natureza individual aos consumidores/torcedores, mostra-se possível também a atribuição de danos morais coletivos que, por sua vez, serão revertidos a um fundo que tenha por finalidade a reparação dos respectivos bens lesados, conforme preconiza o art. 13 da Lei nº 7.347/1985.

1.3.2.2 A tutela individual

Já no que tange à tutela individual, salienta-se, inicialmente, que o torcedor tem direito ao foro de seu domicílio para o ajuizamento de ação que vise responsabilizar as entidades desportivas de que trata o art. 3º do EDT, em razão de defeito ou vício na prestação do serviço de entretenimento (CDC, art. 101, I).

Dito isso, o torcedor poderá buscar individualmente em juízo:

[...]; a responsabilidade da entidade desportiva por danos oriundos dessa relação jurídica e a responsabilidade por práticas abusivas, como ingressos não numerados, inexistência de local devidamente marcado e identificado para o torcedor tomar assento, publicidade enganosa e abusiva, etc. Em outras palavras, o torcedor pode exigir da entidade desportiva mais que uma indenização, pode compeli-la a entregar algo prometido (dar), praticar um ato comissivo (fazer), ou se abster de praticá-lo (deixar de fazer).⁴⁴

Sobre a possibilidade ou não de terceiros intervirem no processo, adverte-se que “[...]; a entidade desportiva acionada só poderá utilizar do instituto do chamamento ao processo no caso de seguradora, já que ela assume a figura de devedora solidária, nos termos do contrato de seguro”.⁴⁵

Isso porque, a admissão de outras hipóteses de intervenção de terceiros, além de comprometer a celeridade e a efetividade do processo, poderia desnaturar a responsabilidade civil de objetiva para subjetiva, conforme entendimento do STJ, assim ementado:

⁴⁴ SIMÃO, Calil. *Op. Cit.* p. 101.

⁴⁵ *Ibidem.* p. 108.

A Turma, ao rever orientação dominante desta Corte, assentou que é incabível a denúncia da lide nas ações indenizatórias decorrentes da relação de consumo seja no caso de responsabilidade pelo fato do produto, seja **no caso de responsabilidade pelo fato do serviço** (arts. 12 a 17 do CDC). Asseverou o Min. Relator que, segundo melhor exegese do enunciado normativo do art. 88 do CDC, a vedação ao direito de denúncia da lide não se restringiria exclusivamente à responsabilidade do comerciante pelo fato do produto (art. 13 do CDC), mas a todo e qualquer responsável (real, aparente ou presumido) que indenize os prejuízos sofridos pelo consumidor. **Segundo afirmou, a proibição do direito de regresso na mesma ação objetiva evitar a procrastinação do feito, tendo em vista a dedução no processo de uma nova causa de pedir, com fundamento distinto da formulada pelo consumidor, qual seja, a discussão da responsabilidade subjetiva.** Destacou-se, ainda, que a única hipótese na qual se admite a intervenção de terceiro nas ações que versem sobre relação de consumo é o caso de chamamento ao processo do segurador – nos contratos de seguro celebrado pelos fornecedores para garantir a sua responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço (art. 101, II, do CDC).⁴⁶ (grifo nosso).

Todavia, nos casos em que há responsabilidade solidária de todos aqueles que participaram da cadeia produtiva, adverte-se que às vezes nem o chamamento ao processo será admitido.⁴⁷

No caso do desporto, parece mesmo correto o raciocínio de somente chamar ao processo a companhia seguradora da entidade desportiva, uma vez que é benéfica ao autor-consumidor, na medida em que traz maior solvabilidade à obrigação de indenizar.

1.4 O Sistema Nacional de Defesa do Torcedor (SDNT) com destaque à atuação do Ministério Público

O art. 41 do EDT determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promovam a defesa do torcedor. E, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento do disposto nesta lei, o referido dispositivo legal autoriza estes entes a: **a)** constituir órgão especializado de defesa do torcedor; ou **b)** atribuir a promoção e defesa do torcedor aos órgãos de defesa do consumidor.

⁴⁶ BRASIL. STJ. REsp 1.165.279/SP, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 22/05/2012.

⁴⁷ DIDIER JR., Fredie. A denúncia da lide e o chamamento ao processo nas causas coletivas de consumo. Revista Autônoma de Processo, n.1, Curitiba: Juruá, 2006. O autor adverte que chamamento ao processo é modalidade interventiva que beneficia, unicamente, o devedor solidário demandado, em detrimento do credor-autor, que terá de demandar contra quem, a princípio, embora pudesse fazê-lo, não quis promover a demanda. Além disso, a cadeia produtiva por vezes é muito cumprida; admitir-se o chamamento ao processo, nestes casos, poderia implicar a possibilidade, ao menos teórica, de formação de um litisconsórcio facultativo passivo muito grande, também aqui em detrimento, obviamente, do consumidor-autor. O legislador antecipou-se ao aplicador da norma: procedeu à adequação subjetiva do regramento processual das causas de consumo, impedindo a utilização dessa modalidade de intervenção de terceiro.

Nesse contexto, os órgãos públicos constituídos e especializados para a defesa do torcedor terão os seguintes objetivos, entre outros: **a)** planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política nacional de proteção ao consumidor; **b)** receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias ou sugestões apresentadas por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado; **c)** prestar aos torcedores orientação permanente sobre seus direitos e garantias; **d)** informar, conscientizar e motivar o torcedor através dos diferentes meios de comunicação; **e)** solicitar apuração de crimes por meio de inquérito policial; **f)** representar ao Ministério Público competente para fins de ação de medidas processuais no âmbito de suas atribuições; e **g)** levar ao conhecimento dos órgãos competentes as infrações de ordem administrativa que violem os interesses difusos, coletivos ou individuais dos torcedores.⁴⁸

E como visto, o torcedor é uma espécie do gênero consumidor, logo, os órgãos que protegem os direitos deste também estão aptos a proteger os daqueles. Destaca-se, a título de exemplo, a atuação dos PROCONS e do Ministério Público dos Estados.⁴⁹

Os PROCONS podem, inclusive, aplicar as sanções administrativas previstas no art. 56 do CDC. Já o Ministério Público, por meio de ações desenvolvidas no âmbito dos Estados, pode criar programas para dar efetividade ao sistema protetivo do consumidor torcedor.

Nesse contexto, importante ressaltar o trabalho realizado pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MP/SC) e a Federação Catarinense de Futebol (FCF). A partir da celebração do Termo de Cooperação nº 54/2010, que tem por objeto o controle das condições sanitárias e de segurança nos estádios desportivos utilizados em competições organizadas pela FCF, foi concebido e implementado um notável programa de segurança e defesa do torcedor.

Inicialmente, no que atine às condições de segurança dos estádios, fixou-se prazos e os responsáveis pela produção e remessa dos laudos de que trata o art. 23 do EDT. Nesse caminho, o termo de compromisso exige a apresentação e posterior avaliação técnica dos seguintes documentos: **a)** laudo de segurança, emitido pela Polícia Militar; **b)** laudo de vistoria de engenharia, confeccionado por profissionais habilitados contratados pelos clubes; **c)** laudo de prevenção e controle de incêndio, emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar; e **d)** laudo de condições sanitárias e de higiene, emitido pela Vigilância Sanitária.

⁴⁸ Cf. SIMÃO, Calil. *Op. Cit.* p. 109-110.

⁴⁹ Cf. RODRIGUES, Sérgio Santos. *Comentários ao estatuto de defesa do torcedor*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008, p. 81.

Para análise formal e metodológica dos laudos de vistoria de engenharia, firmou-se uma parceria com o Instituto Catarinense de Engenharia de Avaliações e Perícia (IBAPE-SC), ficando reservada ao Centro de Apoio Operacional de Informações e Pesquisas (CIP) do MP/SC, na medida de suas possibilidades e limitações, a análise do conteúdo dos laudos supracitados.

O termo de cooperação conta com a atuação conjunta das seguintes entidades: o MP/SC, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, o CREA-SC, o IBAPE-SC, a FCF, a Associação de Clubes, a Vigilância Sanitária e os clubes participantes dos campeonatos.

Além de monitorar o cumprimento das obrigações legais dos clubes mandantes dos jogos e da entidade organizadora das competições em relação à segurança dos estádios, o mencionado programa também objetiva prevenir os conflitos e a prática de ilícitos por torcidas organizadas.

Para tanto são celebrados Termos de Ajustamento de Conduta conjuntamente com os órgãos de segurança do Estado, a entidade organizadora da competição, os clubes participantes e as respectivas torcidas organizadas, estabelecendo-se, dentre outras obrigações: **a)** o cadastramento das Torcidas Organizadas e de seus respectivos associados na FCF; **b)** a aplicação de sanções à torcida que promover tumulto, atos de violência, ou incorrer em práticas de crimes; **c)** a responsabilidade da FCF na emissão de carteira de identificação do torcedor organizado; e **d)** criação de Comissões de Segurança Integrada, objetivando acompanhar a movimentação dos torcedores antes, durante e após as partidas, dentro e fora dos estádios, a fim de assegurar um melhor controle das Torcidas Organizadas.⁵⁰

Assevera-se ainda que outra forma encontrada pelo Estatuto para efetivar os interesses e direitos dos torcedores é a criação dos juizados especiais do torcedor (EDT, art. 41-A). O objetivo fundamental desses órgãos é justamente propiciar mais segurança aos torcedores que frequentam os eventos esportivos, bem como desestimular a violência, uma vez que a resolução de eventual conflito será pronta e imediata.⁵¹

Os referidos órgãos, pertencentes à Justiça Comum, detém competência cível e criminal para processar e julgar: **a)** fatos ocorridos dentro dos estádios; e **b)** fatos ocorridos em outros locais, desde que relacionados a evento esportivos. No que diz respeito à competência criminal, cumpre a esse tribunal especial analisar as infrações de menor

⁵⁰ Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2006-ago-16/cbf_condenada_indenizar_torcedor_anular_jogo>. Acesso em 30/04/2015.

⁵¹ Cf. SIMÃO, Calil. *Op. Cit.* p. 112.

potencial ofensivo (lesão corporal, ameaça, injúria, etc.). Já às causas cíveis são, na maioria das vezes, relativas a problemas de acesso, segurança, higiene e transporte, cujo descumprimento pode acarretar o pagamento de indenizações aos torcedores lesados, valor esse limitado a 40 (quarenta) salários-mínimos.⁵²

Por derradeiro, ressalta-se que esses juizados são compostos, em regra, por juiz de Direito, representante do Ministério Público e da Defensoria Pública, funcionários do Poder Judiciário e policiais civis e militares, e instalados em unidades físicas cedidas pelas entidades desportivas ou em unidades móveis do respectivo Tribunal de Justiça.⁵³

1.5 Os direitos básicos dos torcedores

O torcedor consumidor e a coletividade de torcedores têm uma plêiade de direitos a serem assegurados e tutelados, dispostos tanto no CDC como no estatuto específico de sua tutela. Vejamos a seguir alguns desses direitos:

a) a publicidade e a transparência na organização das competições administradas pelas entidades de administração do desporto (art. 5º, *caput*, do EDT):

O artigo em tela normatiza dois princípios elementares de proteção ao consumidor, em nosso caso o torcedor, quais sejam, o da publicidade e o da transparência.⁵⁴ Esses princípios têm como alvo as entidades organizadoras da competição, as quais podem ser classificadas como confederações, federações e ligas (art. 20 da Lei nº 9.615/1998).

No ponto, destaca-se que o legislador optou pela internet como o meio de comunicação e materialização desses princípios (art. 5º, incisos I a VI, do EDT), na medida em que incumbe à entidade organizadora do evento desportivo publicar em seu sítio: **a)** a íntegra do regulamento da competição; **b)** as tabelas da competição, contendo as partidas que serão realizadas, com especificação de sua data, local e horário; **c)** o nome e as formas de contato do Ouvidor da Competição de que trata o art. 6º; **d)** os borderôs completos das partidas; **5)** a escalação dos árbitros imediatamente após a sua definição; **e)** a relação dos nomes dos torcedores impedidos de comparecer ao local do evento desportivo).

⁵² *Ibidem*. p. 113.

⁵³ *Ibidem*. p. 113.

⁵⁴ Cf. GOMES, Luiz Flávio et al. *Op. Cit.* p. 21.

Reconhece-se, também, a inovação do estatuto ao criar a figura do ouvidor da competição, o qual tem como função receber comentários, dúvidas, sugestão e qualquer outro assunto de interesse do torcedor, estabelecendo o elo entre este e a entidade organizadora. A lei ainda impõe a obrigatoriedade de resposta em até 30 (trinta) dias, bem como da publicação no sítio da internet das “manifestações e propostas do ouvidor da competição”.⁵⁵

Lamenta-se, por fim, o fato de muitos desconhecerem a existência do ouvidor, haja vista que o bom aproveitamento desse canal de comunicação constitui uma medida concreta de transparência na prática desportiva, bem como estimula o desenvolvimento de uma cultura de participação voluntária da torcida no sentido de resguardar seus direitos e interesses.⁵⁶

b) a divulgação prévia do regulamento, das tabelas de competição, e do nome do Ouvidor da competição (art. 9º, *caput*, do EDT):

Nos termos do art. 9º do EDT, o regulamento e a tabela da competição serão divulgados com antecedência de 60 (sessenta) dias e o torcedor terá o prazo de 10 (dez) dias para se manifestar diretamente ao Ouvidor. Posteriormente, em até 72 (setenta e duas) horas, o Ouvidor fará um relatório acerca da manifestação e encaminhará à entidade organizadora da competição que deverá, em 48 (quarenta e oito) horas, decidir de maneira fundamentada sobre as eventuais propostas e sugestões. Somente após a análise de todas as sugestões dos torcedores será divulgado com antecedência de 45 (quarenta e cinco) dias o regulamento definitivo.⁵⁷

O mencionado dispositivo legal consagra o direito à informação, previsto no art. 5º, inciso XIV, da CF e no art. 6º, inciso III, do CDC. Por outro lado, a informação transmitida aos consumidores/torcedores deve ser adequada e clara, e não prestada de forma tardia, sob pena de violação do princípio da boa-fé objetiva.

Ainda, o § 5º do referido artigo, com vistas à concretização do princípio da transparência, rechaça a possibilidade de alterações no regulamento da competição depois de sua divulgação definitiva, salvo quando apresentado novo calendário anual de eventos oficiais pelo Conselho Nacional do Esporte (CNE) ou, ainda, após a realização de duas competições com o mesmo regulamento.

Já o art. 10 do EDT consagra a melhor colocação como critério técnico para a participação dos clubes nas competições, colocando um ponto final nas antigas “viradas de

⁵⁵ *Ibidem*. p. 24.

⁵⁶ *Ibidem*. p. 24.

⁵⁷ Cf. JORDÃO, Milton; SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. *Op. Cit.* p. 28

mesa”, as quais eram utilizadas para beneficiar determinados clubes, sobretudo quando rebaixados. Assim, havendo mais de uma divisão, o Estatuto deixa claro que será observado o princípio do acesso e do descenso.⁵⁸

c) a segurança nos locais onde são realizados os eventos desportivos antes, durante e após a realização da partida (art. 13, *caput*, do EDT):

Da leitura do art. 13 do EDT, extrai-se que a integridade física do torcedor é um direito que deve ser assegurado antes, durante e após a realização do evento desportivo. A garantia de segurança da torcida, por sua vez, envolve policiamento ostensivo e seguranças particulares com efetivo compatível com a proporção do evento, câmeras de monitoramento, seguro-saúde, paramédicos, ambulâncias, bombeiros, etc.⁵⁹

Não raro é possível observar a existência de confrontos entre torcedores antes e depois das partidas. Para evitar tal situação, cita-se como exemplo uma medida de segurança adotada na Argentina, qual seja:

[...]; manter os torcedores da equipe que tenha o mando de jogo no estádio até que a polícia retire a torcida adversária e a afaste do perímetro do local do jogo, colocando-a em seus ônibus ou dando um tempo para aqueles que estão a pé possam se distanciar do local. Indubitavelmente tal atitude é fácil de ser adotada e tem comprovada eficácia no combate à violência fora dos estádios.⁶⁰

Já no que diz respeito ao torcedor portador de deficiência ou com mobilidade reduzida, o parágrafo único do art. 13 determina que o acesso deste seja assegurado no local do evento esportivo, por exemplo, “[...]; por meio de rampas na entrada, nas arquibancadas, nos banheiros, bem como aos serviços prestados dentro do estabelecimento esportivo (bares, p. ex.) e ainda nas saídas, inclusive nas situações de emergência (Lei nº 10.098/00, art. 11; ABNT NBR 9050/04)”.⁶¹

O art. 13-A do EDT, por seu turno, estipula condições de acesso e permanência do torcedor no recinto esportivo.

São condições de acesso: **a)** estar na posse de ingresso válido; **b)** não portar objetos, bebidas ou substâncias proibidas; **c)** não portar fogos de artifício ou quaisquer outros engenhos pirotécnicos ou produtores de efeitos análogos; **d)** consentir com a revista pessoal de prevenção e segurança; **e)** não portar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas.

⁵⁸ *Ibidem*. p. 30.

⁵⁹ Cf. SIMÃO, Calil. *Op. Cit.* p. 47.

⁶⁰ RODRIGUES, Sérgio Santos. *Op. Cit.* p. 26.

⁶¹ SIMÃO, Calil. *Op. Cit.* p. 47.

D'outra parte, são condições de permanência: **a)** não entoar cânticos discriminatórios, racistas ou xenófobos; **b)** não arremessar objetos, de qualquer natureza, no interior do recinto esportivo; **c)** não incitar e não praticar atos de violência no estádio, qualquer que seja a sua natureza; **d)** não invadir e não incitar a invasão, de qualquer forma, da área restrita aos competidores; **e)** não utilizar fogos de artifício ou quais outros engenhos pirotécnicos ou produtores de efeitos análogos.

Por derradeiro, e de muita importância, é o dever da entidade responsável pela organizadora da competição de contratar seguro de acidentes pessoais, tendo como beneficiário o torcedor portador de ingresso, válido a partir do momento em que este adentrar ao estádio, nos termos do art. 16, inciso II, do EDT. Contudo, [...]; é evidente que a posse do ingresso não será a única forma do torcedor comprovar que esteve no estádio. A falta do ingresso pode ser suprida por prova testemunhal, por exemplo”.⁶²

A respeito dos aspectos que envolvem a responsabilidade objetiva pelos danos decorrentes de falhas de segurança, bem como eventuais excludentes da responsabilidade, destaca-se que estes serão tratados em um capítulo próprio.

d) a colocação dos ingressos à venda, até 72 horas antes do início da partida correspondente (art. 20, *caput*, do EDT):

O art. 20 estabelece como direito do torcedor que os ingressos sejam colocados à venda com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência. Contudo, esse prazo será reduzido para 48 (quarenta e oito horas) nas partidas em que as equipes sejam definidas a partir de jogos eliminatórios (EDT, art. 20, § 1º).

O § 2º estabelece que a venda deve ser realizada por sistema que assegure a agilidade e o amplo acesso à informação. Por sua vez, o § 5º determina que nas partidas que compõem as competições de âmbito nacional ou regional de primeira e segunda divisão, a comercialização de ingressos deverá ser realizada em, pelo menos, 5 (cinco) postos de venda localizados em distritos diferentes da cidade.

Os torcedores ainda têm direito de que todos os ingressos sejam numerados, bem como de ocupar o local correspondente ao assento constante do ingresso (EDT, art. 22).

Por outro lado, de forma prévia ao início da competição, a entidade responsável pela sua organização deve apresentar ao Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal os laudos técnicos expedidos por órgãos ou autoridades com a atribuição de vistoriar a segurança

⁶² SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. *Op. Cit.* p. 70.

dos estádios (EDT, art. 23). Tais laudos atestarão a real capacidade de público no estádio, além de suas condições de segurança (EDT, art. 23, § 1º).

Já o clube mandante que colocar à venda um número maior de ingressos do que a capacidade do público do estádio, bem como permitir a sua superlotação, perderá o mando de jogo por no mínimo 6 (seis) meses (EDT, art. 23, § 2º).

e) o acesso ao transporte seguro e organizado (arts. 26 e 27 do EDT):

Conforme previsto no art. 26 do EDT, são direitos do torcedor partícipe do evento esportivo: **a)** o acesso a transporte seguro e organizado; **b)** a ampla divulgação das providências tomadas em relação ao acesso ao local da partida, seja em transporte público ou privado; e **c)** a organização das imediações do local onde será realizada a partida, bem como suas entradas e saídas, de modo a viabilizar, sempre que possível, o acesso seguro e rápido ao evento, na entrada, e aos meios de transporte, na saída.

Por outro lado, em estádios com capacidade mínima de 10.000 (dez) mil pessoas, é dever da entidade organizadora, bem como da agremiação com mando de jogo, solicitar formalmente ao Poder Público serviços de estacionamento e meios de transporte especiais para a condução de idosos (EDT, art. 27)

Contudo, as referidas entidades não possuem a obrigação de assegurar o serviço de estacionamento e/ou meio de transporte, mas tão somente de solicitá-los ao Poder Público. Dessa forma, “[...]; cabe avaliar a hipótese de havendo a solicitação formal, a mesma não ser atendida, ou ocorrer dano ao torcedor. Neste caso, considerando a responsabilidade objetiva dos fornecedores, o mandante e a entidade organizadora seriam civilmente responsáveis”.⁶³

f) o direito à higiene e a qualidade das instalações físicas dos estádios e dos produtos alimentícios ali vendidos (art. 28 e 29 do EDT):

O art. 28 confere ao torcedor o direito a condições sanitárias adequadas, a serem fiscalizadas pelo Poder Público, por meio de seus órgãos de vigilância sanitária. Ademais, o parágrafo único do art. 28 proíbe, de forma expressa, a imposição de preços excessivos, e aumentos abusivos dos produtos alimentícios oferecidos no local do evento.

E finalmente, o art. 29 determina que haja nos estádios um número de sanitários compatível com a capacidade de público. Esse número será avaliado por meio de laudos

⁶³ JORDÃO, Milton; SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. *Op. Cit.* p. 64.

técnicos expedidos pelos órgãos e autoridades competentes (EDT, art. 29, parágrafo único, c/c o art. 23).

g) o direito à arbitragem independente, imparcial, previamente remunerada e isenta de pressões (arts. 30 a 32 do EDT):

Segundo o art. 30, é direito do torcedor que a arbitragem das competições desportivas seja independente, imparcial, isenta de pressões e previamente remunerada pela entidade organizadora.

Visando a concretização dessa garantia, o art. 32 estabelece a regra da obrigatoriedade de sorteio, abertos ao público e com divulgação, em até 48 (quarenta e oito horas) antes da cada rodada.

No ponto, e por mais uma vez, destaca-se a existência de um precedente reconhecendo a existência de danos morais difusos nos casos de manipulação indevida de resultados, tendo em vista a violação da lisura do campeonato e o sentimento de repulsa e indignação causados à coletividade de torcedores.⁶⁴

h) o direito de informação sobre o conteúdo do documento que contemple as diretrizes básicas do relacionamento da entidade desportiva com os torcedores (art. 33 do EDT):

Segundo o art. 33, cumpra a cada entidade de prática desportiva elaborar e publicar um documento que contemple as diretrizes básicas de seu relacionamento com os torcedores, constando obrigatoriamente: **a)** o acesso ao estádio e aos locais de venda de ingressos; **b)** mecanismos de transparência financeira da entidade; e **c)** meio de comunicação entre o torcedor e a entidade de prática esportiva mediante a instalação de uma ouvidoria, órgão consultivo formado por torcedores não sócios e reconhecimento da figura do sócio-torcedor, com direitos mais restritos que os demais sócios.

No que tange ao dever de transparência financeira, assevera-se que as entidades de administração de desporto e as de prática desportiva envolvidas em qualquer competição de atletas profissionais, independentemente da forma jurídica adotada, devem elaborar e publicar, até o primeiro dia do mês de abril, suas demonstrações financeiras (na forma definida pela Lei nº 6.406/76), suas demonstrações financeiras a fim de que o torcedor possa

⁶⁴ BRASIL. TJ/SP. AC 0145102-40.2006.8.26.0100/Capital, Rel. Des. Lucila Toledo de Barros Gevertz, 9ª Câmara de Direito Privado, julgado em 12/3/2013.

aferir a lisura das suas contas, nos termos do art. 46-A, inciso I, da Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé).

E a não apresentação das demonstrações financeiras ou da auditoria enseja a aplicação das seguintes penalidades à entidade desportiva: **a)** o afastamento de seus dirigentes; e **b)** a nulidade de todos os atos praticados por seus dirigentes em nome da entidade após a prática da infração (art. 46-A, § 2º, da Lei nº 9.615/1998). E para fins de aplicação das penalidades, consideram-se como dirigentes: **a)** o presidente da entidade, ou aquele que lhe faça às vezes; e **b)** o dirigente que praticou a infração, ainda que por omissão (art. 46-A, § 3º, da Lei nº 9.615/1998).

i) o direito à observância, pelos órgãos da Justiça Desportiva, no exercício de suas funções, dos princípios da impessoalidade, da moralidade, da celeridade, da publicidade e da independência (art. 34 do EDT):

Inicialmente, a respeito da competência da justiça desportiva, adverte-se que esta é de “[...] julgar as demandas oriundas da prática desportiva e que envolvam atletas, clubes ou entidades participantes de eventos desportivos e **não a relação do torcedor com elas**”⁶⁵ (grifo nosso).

Dito isso, o art. 34 dispõe que a Justiça Desportiva se submete aos princípios da ética, moralidade, transparência, celeridade, publicidade e independência. Outrossim, as decisões proferidas na Justiça Desportiva devem ser, em qualquer hipótese, motivadas, dando-se a elas a mesma publicidade que as decisões proferidas pelos tribunais federais, sob pena de nulidade. Veda-se, ainda, o segredo de justiça (EDT, arts. 35 e 36).

1.6 A definição e os deveres das torcidas organizadas

O art. 2º-A, caput, do EDT considera torcida organizada, para efeitos de sua aplicação, “[...] a pessoa jurídica de direito privado ou existente de fato, que se organize para o fim de torcer e apoiar entidade de prática esportiva de qualquer natureza ou modalidade”.

Da leitura do *caput*, nota-se que a torcida organizada, para assim ser reconhecida, não precisa se encontrar legalmente constituída, com estatutos registrados no Registro Civil

⁶⁵ SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. *Op. Cit.* p. 110.

das Pessoas Jurídicas.⁶⁶ Nesse contexto, a torcida organizada pode não ter personalidade jurídica, mas existir de fato, desde que represente um grupo de pessoas que exerça a finalidade de torcedor e apoiar entidade de prática esportiva de qualquer natureza.⁶⁷

No ponto, ressalta-se que a maioria das torcidas organizadas adotam um mascote próprio e é a partir daí que elas desenvolvem inúmeros produtos com a marca da torcida (acessórios, roupas, etc.).⁶⁸ Todavia, não se desconhece o fato de que vários clubes, além de repassarem ingressos e financiarem viagens, permitem que as torcidas organizadas utilizem a sua marca, bem como escudo e símbolos, para que estas obtenham lucratividade.⁶⁹

O Cruzeiro Esporte Clube, precavendo-se de eventual responsabilização por atos de suas torcidas organizadas, proibiu, por meio de seu Conselho Deliberativo, o uso da sua marca, escudo ou qualquer outro símbolo da agremiação por qualquer uniformizada.⁷⁰

Por outro lado, com vistas à rápida identificação dos membros da torcida organizada, seja como autor ou vítima de um ilícito, o parágrafo único do art. 2-A do EDT impôs a essa pessoa jurídica o dever de manter cadastro atualizado de todos os seus componentes, contendo, pelos menos as seguintes informações: **a)** nome completo; **b)** fotografia; **c)** filiação; **d)** número do registro civil; **e)** número do CPF; **f)** data de nascimento; **g)** estado civil; **h)** profissão; **i)** endereço completo; e **h)** escolaridade.

Sobre a eficácia do mencionado cadastro, adverte-se que:

[...]; o objetivo do legislador foi, a partir dessa individualização, permitir a identificação do torcedor que eventualmente promover algum ato atentatório ao bom andamento do espetáculo esportivo. **Claro que tal medida não impedirá que, alguma pessoa, que não se encontre cadastrada, se imiscua entre a torcida. Mas aí passa a ser de responsabilidade da própria torcida organizada realizar a conferência no sentido de que, todos aqueles que se acham agrupados, fazem efetivamente parte da associação e se encontram devidamente cadastrados, em tarefa que – reconhecimento – não é das mais fáceis.**⁷¹ (grifo nosso).

Por fim, no que tange à responsabilidade civil da torcida organizada prevista no art. 39-A do EDT, ressalta-se que essa será tratada no capítulo seguinte.

⁶⁶ Cf. GOMES, Luiz Flávio et al. *Op. Cit.* p. 20.

⁶⁷ Cf. JORDÃO, Milton; SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. *Op. Cit.* p. 6.

⁶⁸ *Ibidem.* p. 7.

⁶⁹ Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/pe/noticia/2013/02/torcidas-organizadas-nao-pagam-para-usar-marca-dos-clubes.html>>. Acesso em 30/04/2015.

⁷⁰ Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/times/cruzeiro/noticia/2013/12/cruzeiro-proibe-torcidas-organizadas-de-usar-os-simbolos-do-clube.html>>. Acesso em 30/04/2015.

⁷¹ GOMES, Luiz Flávio et al. *Op. Cit.* p. 20.

1.7 As melhorias propostas pelo movimento do Bom Senso Futebol Clube

O Bom Senso FC, fundado em 30 de setembro de 2013, é uma iniciativa de diversos jogadores do futebol brasileiro. O movimento colheu mais de trezentas assinaturas entre atletas dos principais clubes nacionais, e tem como principais motes: **a)** a adequação do calendário anual; **b)** o “fair play” financeiro; e **c)** a segurança, a comodidade, a adequação do preço de ingresso e do horário de jogos para o aumento da média de público.⁷²

A primeira proposta visa corrigir o desequilíbrio do calendário anual do futebol brasileiro. Isso porque, a maioria dos clubes disputa em média 17 (dezessete) partidas por ano, deixando cerca de 16 (dezesseis) mil atletas desempregados. Em contrapartida, os times da primeira divisão podem jogar até 85 (oitenta e cinco) partidas por ano.

Já a segunda proposta procura implementar o chamado “Fair Play Financeiro” no Projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte. O movimento aduz que, apesar do crescimento da receita dos clubes, suas dívidas aumentaram em 90% (noventa por cento). Além disso, verifica-se que o não pagamento do salário e dos direitos de imagem dos atletas, principalmente daqueles cujos contratos estão a se encerrar, tornou-se uma prática constante. Nesse contexto, o “Fair Play Financeiro” pretende instituir, por meio de lei, um sistema de finanças que obriga os clubes a gastarem apenas o que arrecadam.

Por fim, no que tange à terceira proposta – ainda em fase de construção –, destaca-se que o Bom Senso FC, por meio de seu sítio, lançou um questionário para que a torcida enumere os motivos que levaram o Brasil ao indesejável 18º lugar no “ranking” de médias de público.

Para tanto, foram elaboradas as seguintes perguntas: **a)** quantas vezes você foi ao estádio em 2013?; **b)** baseada em sua experiência, como você descreveria as condições gerais dos estádios brasileiros?; **c)** avalie a importância do horário e dia do jogo, preço do ingresso, comodidade, segurança, fácil acesso, relevância do jogo e presença dos ídolos, optando por um destes para que fosse prontamente resolvido.

Ao final do questionário, o sítio disponibiliza um espaço para que o torcedor emita a sua opinião sobre as propostas de adequação do calendário e implementação do “Fair Play Financeiro”, bem como formule outras sugestões, construindo assim, em conjunto com o movimento, as diretrizes da terceira proposta a ser apresentada.

⁷² Disponível em: < <http://www.bomsensofc.org/>>. Acesso em 30/04/2015.

2 A RESPONSABILIDADE CIVIL NO ÂMBITO DO ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR

A questão principal desse segundo capítulo está em delimitar quais entidades tem o dever legal de garantir a segurança dos torcedores nos estádios e de reparar eventuais danos causados aos torcedores/consumidores em razão da inobservância dessa obrigação. Em seguida, serão investigados os limites para a responsabilização conjunta do Estado e se a requisição da presença policial, nos termos do art. 14, inciso I, do EDT, retira a responsabilidade das entidades incumbidas do dever de garantir a segurança dos torcedores. Por fim, irá se analisar as hipóteses de responsabilidade civil das torcidas organizadas no EDT.

2.1 A responsabilidade civil objetiva e solidária imposta à entidade detentora do mando de jogo, organizadora da competição e seus respectivos dirigentes com base no dever de segurança

O art. 13 do EDT, conforme salientado no capítulo anterior, consagra como direito fundamental dos torcedores a segurança nos locais onde são realizados os eventos esportivos antes, durante e após a realização das partidas.

No ponto, importante lembrar que o local do evento esportivo não se restringe ao estádio, autódromo ou ginásio, mas também abrange o seu entorno. Assim, se é certo que o EDT, em seu art. 39, § 1º, definiu que, para punir torcedores, considera atos em um raio de 5000 (cinco mil) metros de distância do “local do evento esportivo”, certo é que, analogicamente, deve-se entendê-lo também como local do evento para fins de responsabilidade civil do clube mandante e do organizador da competição.⁷³

Com efeito, acerca da possibilidade de se atribuir ao clube mandante e seus dirigentes uma responsabilidade civil objetiva fundada no dever de segurança do fornecedor de serviços, preceitua o art. 14 do EDT “**sem prejuízo do disposto nos arts. 12 a 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**, a responsabilidade pela segurança do torcedor em evento esportivo é da entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo e de seus

⁷³ Cf. SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. *Op. Cit.* p. 83.

dirigentes [...]” (grifo nosso).

Adverte-se, contudo, que o artigo em comento deve ser lido em cotejo com o art. 19 do EDT, o qual determina que, além do clube detentor do mando de jogo e seus dirigentes, a entidade organizadora da competição e seus dirigentes também respondem, solidariamente e independente de culpa, pelos prejuízos causados ao torcedor em decorrência de falhas de segurança nos estádios ou da inobservância dos deveres impostos no capítulo IV do EDT⁷⁴.

Dito isso, observa-se que os arts. 12 e 14 do CDC, mencionados pelo *caput* do art. 14 do EDT, estabelecem uma responsabilidade civil objetiva do fornecedor de produtos/serviços por danos causados aos consumidores, a depender do preenchimento dos seguintes requisitos: **a) conduta comissiva ou omissiva do agente; b) resultado danoso; c) nexo causal entre a conduta e o dano.**⁷⁵

Assim, tendo em vista que a responsabilidade objetiva dispensa a necessidade de comprovação da culpa, basta ao torcedor lesado comprovar a existência do dano e o nexo de causalidade. O nexo causal deve ser compreendido como a correlação necessária entre o resultado danoso e o defeito/vício na promoção do evento esportivo pelo clube mandante e pela entidade organizadora da competição, seja por um ato comissivo ou omissivo.⁷⁶

Dessa forma, a respeito dos requisitos da responsabilidade civil no âmbito da legislação desportiva, tem-se que:

Nesse cipoal de dispositivos sobre o mesmo tema, resume-se então: **ocorrida a falha de segurança** (queda de arquibancada, por exemplo), **devem responder o clube que mandava no jogo e seus dirigentes** (em regra presidente ou vice-presidente de futebol) **e, conjuntamente (solidariedade), a entidade que organiza a competição** (federação ou confederação) **e seus dirigentes** (geralmente o presidente).⁷⁷ (grifo nosso).

Alguns podem entender que tal imposição seja injusta, pois nem sempre os clubes e as federações/confederações são responsáveis pela administração do estádio, o que, eventualmente, pode ser encargo de alguma entidade criada exclusivamente para tal fim, como, por exemplo, a ADEMG (Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais), autarquia que foi constituída justamente para administrar o estádio do Mineirão.⁷⁸

Todavia, ressalta-se que o clube mandante responde civilmente, já que a ele compete a tarefa de escolher o local da partida, auferindo, conseqüentemente, o lucro da bilheteria, e

⁷⁴ *Ibidem.* p. 29

⁷⁵ Cf. JORDÃO, Milton; SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. *Op. Cit.* p. 39.

⁷⁶ Cf. SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. *Op. Cit.* p. 88.

⁷⁷ Cf. RODRIGUES, Sérgio Santos. *Op. Cit.* p. 29.

⁷⁸ *Ibidem.* p. 29/30.

de, nos termos do art. 14 do EDT, tomar as medidas necessárias à segurança do evento, quais sejam: **a)** solicitar ao Poder Público competente a presença de agentes públicos de segurança, dentro e fora dos estádios; **b)** informar imediatamente após a decisão de realização da partida, dentre outros aos órgãos públicos de segurança, transporte, higiene, os dados necessários à segurança da partida, como local, horário de abertura do estádio e sua capacidade e expectativa de público; e **c)** colocar à disposição dos torcedores, no estádio, orientadores e serviços de atendimento para que aquele encaminhe suas reclamações no momento da partida, divulgando esse local de forma ampla e antecipada.⁷⁹

Ao positivar o dever do clube mandante e do organizador da competição no sentido de garantir a segurança dos torcedores, o EDT permitiu, pelo menos em tese, a superação do entendimento de que a CBF e suas afiliadas não eram responsáveis por danos ocorridos no interior de estádios administrados por pessoas jurídicas criadas para tal fim.

Exemplo desse antigo entendimento é o caso de um torcedor atingido por uma bomba em um jogo entre Atlético Mineiro e Cruzeiro, no estádio do Mineirão, pelo Campeonato Brasileiro de 1998, com mando do primeiro clube. A partida foi realizada antes da edição do EDT em 2003. Na oportunidade, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ/MG) decidiu pela responsabilidade exclusiva da ADEMG, afastando o dever da entidade detentora do mando de jogo (Atlético Mineiro) e da entidade organizadora da competição (CBF), sob o argumento de que, por não serem responsáveis pela administração do estádio, não cabia a elas o dever de exercer vigilância sobre o torcedor ou, até mesmo, de zelar pela sua integridade.⁸⁰ Contudo, caso o dano tivesse ocorrido sob a vigência do EDT, o TJ/MG poderia ter entendido de maneira diversa, responsabilizando assim o clube mandante e o organizador da liga.

O art. 14 do EDT, além de definir os deveres do clube mandante, estendeu a responsabilidade objetiva aos seus dirigentes, na hipótese de falhas de segurança, justamente por ser esta pessoa jurídica que, por meio de seus representantes legais (dirigentes), incumbe solicitar a presença de agentes públicos (policiais, bombeiros, etc.), conforme as peculiaridades da partida a ser realizada (horário, local, expectativa de público, etc.).⁸¹

Sobre os fundamentos da responsabilidade objetiva e solidária dos dirigentes do clube mandante e da organizadora da competição também se colhe da doutrina que:

⁷⁹ Cf. SIMÃO, Calil. *Op. Cit.* p. 49.

⁸⁰ BRASIL. TJ/MG. AC 1.0024.03.105084-2/001/Belo Horizonte, Rel. Des. Wander Marotta, Sétima Câmara de Direito Civil, julgado em 02/08/2005, DJe 13/09/2005.

⁸¹ Cf. RODRIGUES, Sérgio Santos. *Op. Cit.* p. 29.

Mas a responsabilidade objetiva não se volta, apenas, contra o organizador da competição ou contra o detentor do mando de jogo, referido no art. 15 desta lei. Pode ser imputada, também, a seus dirigentes, na medida em que o dispositivo também faz menção à responsabilidade solidária de que trata o art. 942 do CC: “Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um ator, todos responderão solidariamente pela reparação”. Na visão de Ari Pedro Lorenzetti, “pode-se se definir, assim, a responsabilidade solidária como a vinculação de vários sujeitos à satisfação de uma obrigação jurídica, permitindo ao credor escolher de qual ou quais deles pretender obter, total ou parcialmente, a prestação a que tem direito” (A Responsabilidade pelos Créditos Trabalhistas, São Paulo: ED. LTR., 2003, p.22). Em síntese: ainda que apenas uma pessoa tenha perpetrado a conduta causadora do dano, os demais que, de alguma forma, concorreram para que o fato fosse cometido, são também responsáveis.⁸² (grifo nosso).

Dito isso, temos que o dever de segurança do clube mandante surge a partir do momento em que assume o risco de escolher determinado estádio para sediar seu jogo. Por outro lado, o dirigente (representante legal da associação desportiva) também contrai a responsabilidade desse ato, já que, se o estádio não se encontra em perfeitas condições para receber uma partida, deveria o mandatário, então, ter escolhido outro apto a fazê-lo.⁸³

Gustavo Lopes Pires de Souza comenta ainda que, ao conferir responsabilidade solidária aos dirigentes, os artigos 14 e 19 do EDT trouxeram uma hipótese de desconsideração automática da personalidade jurídica das entidades desportivas detentoras do mando de jogo e das federações/confederações responsáveis pela organização de determinado campeonato.⁸⁴

E para que se atribua à entidade organizadora e aos seus dirigentes o dever de garantir a segurança dos torcedores, deve ser aplicado idêntico raciocínio. Isso porque, sendo eles os responsáveis pelo bom andamento do campeonato, agem com omissão quando permitem a realização da partida jogo em estádio que não reúne condições necessárias de segurança à torcida e aos demais praticantes do desporto.⁸⁵

Anota-se ainda que a entidade organizadora, conforme preconiza o art. 16 do EDT, tem os seguintes deveres: **a)** confirmar, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência o horário e o local de realização das partidas em que a definição das equipes dependa de resultado anterior; **b)** contratar seguro de acidentes pessoais, tendo como beneficiário o torcedor portador de ingresso, válido a partir do momento em que ingressar no estádio; **c)** disponibilizar um médico e dois enfermeiros-padrão para cada dez mil torcedores presentes à

⁸² GOMES, Luiz Flávio et al. *Op. Cit.* p. 20.

⁸³ Cf. RODRIGUES, Sérgio Santos. *Op. Cit.* p. 30

⁸⁴ Cf. SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. *Op. Cit.* p. 84.

⁸⁵ Cf. RODRIGUES, Sérgio Santos. *Op. Cit.* p. 30.

partida; **d)** disponibilizar uma ambulância para cada dez mil torcedores presentes à partida; **e)** comunicar previamente à autoridade de saúde a realização do evento.

Definidos os deveres e os fundamentos da responsabilidade do clube detentor do mando de jogo, da entidade organizadora da competição e dos seus dirigentes, tem-se que o art. 19 do EDT disciplinou a existência de duas categorias de falhas de segurança: **a)** as de segurança interna, e **b)** as demais decorrentes da inobservância dos deveres constantes no capítulo IV do EDT.⁸⁶

Nas internas se diz que o clube mandante e a entidade organizadora devem reparar os danos ocorridos por falhas de segurança no âmbito do estádio. Esses danos são decorrentes de fatos do produto/serviço internos. É o caso, por exemplo, de acidentes de consumo gerados pela ausência de manutenção ou comprometimento da estrutura do estádio.⁸⁷

Já os deveres que uma vez inobservados também implicariam em falha de segurança são os constantes nos artigos 14, 16 e 17 do EDT. Como visto, o art. 14 estipula os deveres do clube mandante, enquanto o art. 16 regulamenta as obrigações do organizador do campeonato. O art. 17, por sua vez, prevê a obrigatoriedade da implementação de planos de ação relativos à segurança, transporte e contingências que podem ocorrer no dia de jogo.

Tais danos devem ser reparados ainda que não tenham ocorrido no interior do estádio, haja vista que decorrem da inobservância dos deveres de solicitação e de informação pelo clube mandante e pelo organizador da competição. É o exemplo do clube que não solicitou a presença policial e, por isso, também responderá pelos danos ocorridos na parte externa do estádio.⁸⁸

2.1.1 Excludentes de responsabilidade

A responsabilidade civil objetiva no EDT está baseada na teoria do risco. A aplicação dessa teoria se dá “[...]; quando a situação de risco a que é exposto o lesado é própria da atividade lucrativa do lesante ou inerente ao exercício de determinado ofício ou profissão”.⁸⁹

⁸⁶ Cf. SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. *Op. Cit.* p. 92.

⁸⁷ *Ibidem.* p. 93/6.

⁸⁸ *Ibidem.* p. 93/6.

⁸⁹ SIMÃO, Calil. *Op. Cit.* p. 49.

Paulo Marcos Schmitt ensina ainda que “[...]; adaptada para a esfera desportiva, a teoria do risco faz nascer a possibilidade de aplicação de penalidade a pessoas jurídicas em razão de atos comissivos ou omissivos praticados pelas suas pessoas físicas vinculados ou mesmo torcedores”.⁹⁰

Não obstante, com o alargamento da culpa aplicada às relações de consumo pela adoção da responsabilidade objetiva pautada na teoria do risco, verifica-se que o fornecedor não só responderá, caso lese alguém em razão do exercício de sua atividade profissional, mas também será responsabilizado pela omissão ou pela não-previsibilidade de situações em que demonstrou existir lesões envolvendo clientes (brigas de torcidas) ou terceiros em face destes (assalto nas imediações ou no interior do estádio).⁹¹

Com relação aos defeitos causados por atos comissivos (observância insuficiente do dever de segurança) ou omissivos (ausência de previsibilidade) dos clubes mandantes e da entidade organizadora da competição, retira-se da doutrina alguns exemplos:

Entre os defeitos, infelizmente preponderantes e líderes de ocorrência nos eventos desportivos, podemos citar a ausência de iluminação e de segurança cumulando em assalto nas dependências e imediações dos estádios em dias de competições esportivas, os tumultos causados em razão de manipulação de resultados pelo juiz (anulação de gol válido ou decretação de pênalti inexistente, v.g.), fogos de artifício que estouram nos sanitários e provocam surdez e escoriações no torcedor que ali estava no momento da explosão, arquibancadas que cedem em razão do peso dos torcedores, causando ferimentos a eles, comercialização de lanches estragados causadores de intoxicação alimentar, falta de policiamento que acarreta enfrentamento de torcidas adversárias, apedrejamento de ônibus com torcedores, lesões em face de arremessos de garrafas e objetos na arquibancada e no gramado, queda de placa de publicidade sobre a cabeça do torcedor etc.⁹²

Pela teoria do risco temos que todo prejuízo deve ser atribuído ao autor do dano e reparado por quem o causou, independentemente de ter ou não agido com culpa, resolvendo-se o problema na relação de causalidade. Na responsabilidade civil objetiva, portanto, é irrelevante o nexo psicológico entre o fato ou atividade e a vontade de quem a pratica.⁹³

Dito isso, deve-se analisar quais excludentes são capazes de afastar o nexo causal e, conseqüentemente, o dever de indenizar das entidades mencionadas nos arts. 14 e 19 do EDT.

E nos termos dos arts. 12 e 14 do CDC, o fornecedor de serviços só não será responsabilizado por dano sofrido quando provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste ou o fato é exclusivo do consumidor ou do terceiro.

⁹⁰ SCHMITT, Paulo Marcos. Curso de Justiça Desportiva. São Paulo: Quartier Latin, 2007, p. 202.

⁹¹ Cf. MACHADO, Rubens Approbato Machado, *et al.* Curso de Direito Desportivo Sistemico. São Paulo. Quartier Latin, 2007, pág. 98.

⁹² *Ibidem.* p. 98.

⁹³ Cf. CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 152.

Na hipótese de fato exclusivo da vítima ou de terceiros, verifica-se que o CDC exonera os fornecedores, pois, mesmo existindo um defeito do produto, não haveria o nexo causal entre o defeito e o evento danoso. E para determinar se o fato da vítima foi “exclusivo” – ou não – a jurisprudência considera as instruções de uso e as informações prestadas pela vítima, exigindo sempre, todavia, a prova negativa do defeito por parte do fornecedor.⁹⁴

Nesse contexto, cinge-se a controvérsia a respeito da responsabilidade civil do clube nos casos de conflito entre torcedores adversários. É difícil determinar, à luz do caso concreto, se um determinado acidente de consumo foi causado por uma falha no dever de segurança ou, ainda, se foi provocado por fato exclusivo da vítima ou de terceiros.

Suponha-se, por exemplo, que um clube adote todas as medidas a seu alcance para evitar brigas – contratação de seguranças, instalação de câmeras, separação das torcidas, solicitação da presença policial, venda de ingressos conforme a capacidade do estádio –, mas mesmo assim, uma torcida organizada tenha iniciado o confronto físico com torcedores do time adversário, rompendo os obstáculos destinados ao espaço da torcida rival.

Na hipótese, deve-se analisar de que maneira a conduta de cada um contribuiu para a formação do nexo causal e, conseqüentemente, para o dano.

Tendo o ofendido iniciado ou participado da briga, certo é que o seu pleito condenatório terá mais chances de ser julgado improcedente com base na excludente do fato exclusivo da vítima, muito embora seja prudente verificar se o clube mandante cumpriu o dever de segurança no caso concreto.

Esse entendimento, sustentado na excludente do fato exclusivo do torcedor, foi o adotado pelo TJ/SP quando a vítima pertencia à torcida organizada que iniciou às agressões contra a rival.⁹⁵

Por outro lado, hipótese distinta é a do torcedor que nada contribuiu para briga, porém foi lesado pelos seus reflexos. É muito provável que o argumento defensivo consistente na alegação de fato exclusivo de terceiro, ou ainda, de caso fortuito ou força maior, não obtenha êxito, na medida em que brigas entre torcedores são, sem dúvida, acontecimentos previsíveis e não estranhos à atividade desempenhada pelo clube de futebol.

Por derradeiro, salienta-se que muito embora o CDC não tenha previsto o caso

⁹⁴ Cf. MARQUES, Cláudia Lima; BENJAMIN, Antonio Herman V.; MIRAGEM, Bruno. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. 4. ed. São Paulo: RT, 2013, p. 437

⁹⁵ BRASIL. TJ/SP. Apelação Cível nº 082.376.4/0, Campinas, 8ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. César Lacerda, DJE de 21/9/1999.

fortuito ou a força maior como excludentes de responsabilidade, o STJ de há muito assentou que “[...]; o fato de o artigo 14, parágrafo 3º do Código de Defesa do Consumidor não se referir ao caso fortuito e à força maior, ao arrolar as causas de isenção de responsabilidade do fornecedor de serviços, não significa que, no sistema por ele instituído, não possam ser invocadas”.⁹⁶

2.1.2 A responsabilidade do Estado e se a solicitação da presença policial afasta o dever de indenizar

Um dos temas que gera bastante discussão no âmbito do EDT é relativo ao dever do Estado de garantir a segurança dos torcedores na parte interna dos eventos esportivos privados.

De acordo com a visão de Gustavo Lopes Pires de Souza, a responsabilidade dos clubes com mando de jogo (art. 14 do EDT) não exclui a do Estado, haja vista que:

O dever genérico de proporcionar segurança a todos os cidadãos, torcedores ou não, é do Estado nos termos do artigo 6º da Constituição da República, especialmente, em eventos públicos, da magnitude de partidas de futebol, cujos ambientes são potencialmente violentos (pelas paixões que despertam e pelo acirrado espírito de competitividade que cerca o ambiente).⁹⁷

Nessa linha de raciocínio, cabe ao Poder Público providenciar, independentemente de qualquer requisição, as medidas preventivas que garantam a segurança no local do evento esportivo, de modo que havendo dano ao torcedor, é possível acionar o Estado individualmente em juízo ou em litisconsórcio com o mandante e/ou organizador, caso a falha de segurança tenha ocorrido também em razão da falta ou da deficiência na prestação do serviço público de segurança pública.⁹⁸

Reforçando esse posicionamento, anota-se que o art. 1º-A do EDT estabelece que o poder público é o primeiro responsável pela prevenção da violência nos esportes, junto com as confederações, federações, ligas, clubes, associações ou entidades desportivas, entidades recreativas e associações de torcedores, inclusive seus dirigentes, bem como aqueles que, de

⁹⁶ BRASIL. STJ. REsp 120.647-SP/SP, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 16/03/2000, DJ de 15/05/2000.

⁹⁷ SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. *Op. Cit.* p. 84.

⁹⁸ *Ibidem.* p. 84.

qualquer forma, promovem, organizam, coordenam ou participam de eventos esportivos.⁹⁹

Anota-se ainda que o art. 14 do EDT - ao dispor expressamente que cabe ao mandante do jogo solicitar ao poder público competente a presença de agentes públicos de segurança, devidamente identificados e responsáveis pela segurança dos torcedores dentro e fora dos estádios - não fez qualquer referência a necessidade de contratação de empresa de segurança particular ou privada.¹⁰⁰

Já o art. 17, § 1º, do EDT dispõe que os planos de ação, relativos à segurança, transporte e contingências no dia do evento esportivo, devendo ser implementados com a participação (mediante apresentação prévia)¹⁰¹ dos órgãos de segurança pública:

Art. 17. É direito do torcedor a implementação de planos de ação referentes a segurança, transporte e contingências que possam ocorrer durante a realização de eventos esportivos.

§ 1º Os planos de ação de que trata o caput serão elaborados pela entidade responsável pela organização da competição, com a participação das entidades de prática desportiva que a disputarão e os órgãos responsáveis pela segurança pública, transporte e demais contingências que possam ocorrer, das localidades em que realizarão as partidas da competição. (grifo nosso).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MP/MG), ao ser consultado sobre a possibilidade de a Polícia Militar realizar policiamento preventivo em eventos privados, emitiu parecer jurídico favorável, sob o fundamento de que:

Veja-se que a jurisprudência do STF transcrita é uníssona no entendimento da inconstitucionalidade de lei que institua a cobrança de taxa para a prestação de serviços de segurança pública quando requisitada por particular, seja para sua segurança, seja para a de terceiro, mesmo em eventos abertos ao público, tendo em vista, repita-se, tratar-se a segurança pública de serviço público devido pelo Estado e direito de todos os cidadãos.

Mutatis mutandis, se é inconstitucional a cobrança de taxa para a prestação de serviços públicos em comento, quando requisitado por particular, é porque sua prestação é devida ao Poder Público independentemente do pagamento, podendo incorrer em responsabilidade civil a omissão policial que por ventura venha causar danos aos administrados.¹⁰² (grifo nosso).

Nesse contexto, à Polícia Militar, nos termos do art. 144, § 5º, da Constituição Federal (CF), foi atribuída a função de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública. Outrossim, o art. 3º, alínea “b”, do Decreto-Lei nº 667/69, que trata da reorganização da

⁹⁹ Cf. VALLA, Wilson Ordiley. A questão da segurança pública nos eventos desportivos e a responsabilidade do Estado. Disponível em <<http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=591>>. Acesso em 30/05/2015.

¹⁰⁰ Cf. VALLA, Wilson Ordiley. A questão da segurança pública nos eventos desportivos e a responsabilidade do Estado. Disponível em <<http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=591>>. Acesso em 30/05/2015.

¹⁰¹ Cf. JORDÃO, Milton; SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. *Op. Cit.* p. 48.

¹⁰² Nota Jurídica nº. 22/2014 emitida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais em sua revista institucional publicada em março de 2015, p. 60/62.

Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, disciplina que compete a Polícia Militar, no âmbito de suas respectivas jurisdições, atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presuma ser possível a perturbação da ordem pública.

Assim, tendo por finalidade a preservação da ordem pública, a Polícia Militar não é apenas responsável pela repressão ao crime, como também à sua prevenção. Logo, cabe a cada comandante exercer o papel de gestor de sua unidade, estabelecendo estratégias de emprego suficiente dos seus recursos para alcançar os objetivos de uma boa administração policial e, ao fim, a prestação eficiente do serviço de segurança pública.¹⁰³

E ao contrário do que muitos argumentam, o MP/MG entende que a atuação preventiva da Polícia Militar nos estádios privados, além de ser um poder-dever constitucional, não configura má alocação de recursos e efetivo policial, muito menos locupletamento ilícito do particular:

Assim, quando a Polícia Militar desloca um efetivo de policiais para fins de atuação preventiva em “locais ou áreas onde se presuma uma possível perturbação” da ordem pública, ainda que mencionado local seja privado, como eventos abertos ao público, Estádios de Futebol e etc, estará apenas cumprindo o seu dever constitucional de mantenedor da ordem pública enquanto instrumento do Estado para a execução do serviço público de segurança pública.

Entender que tal prestação de serviço caracteriza dano ao patrimônio público e enseja locupletamento ilícito do particular e que, por isso, não deve ser realizada pela Polícia Militar, é fazer uma interpretação equivocada do Texto Constitucional, além de caracterizar uma atuação temerária ante a possibilidade de ocorrência de incidentes graves, cuja ocorrência poderia ser evitada caso o Estado ali estivesse empregando seu Poder de Polícia.¹⁰⁴

Sendo assim, por essa primeira corrente, o Estado tem o dever de garantir a segurança dos torcedores/consumidores na parte interna e estádios, conforme previsão da CF (art. 6º e 144, §5º) e do EDT (art. 1º-A e 14, I), independentemente da solicitação do clube mandante e da entidade organizada do evento esportivo, na medida em que se trata de uma atuação preventiva da Polícia Militar com vistas à preservação da ordem pública.

Por outro lado, uma segunda corrente advoga que o efetivo da Polícia Militar atue “[...]; no que tange tão somente à ‘supervisão da segurança do evento, o eventual apoio aos vigilantes privados para assegurar-lhes a integridade física ou para intervir na prática de ato

¹⁰³ Cf. Nota Jurídica nº. 22/2014 emitida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais em sua Revista publicada em março de 2015, p. 60/62.

¹⁰⁴ Nota Jurídica nº. 22/2014 emitida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais em sua Revista publicada em março de 2015, p. 60/62.

delituoso, no âmbito interno do estádio”.¹⁰⁵ Os autores salientam que, de acordo com a Lei Estadual de Santa Catarina de nº 7.541/1988, pode o particular solicitar ao Estado o serviço de segurança preventiva em eventos privados, mediante o pagamento de uma “Taxa de Segurança Preventiva”, contudo:

[...]; em que pese o embasamento legal para a cobrança da taxa, o time que faz o evento paga aos cofres públicos o montante de R\$ 9,36 a hora trabalhada do Policial Militar. Assim, temos que, em uma partida de futebol, onde há, por exemplo, o deslocamento de aproximadamente 400 policiais para fazer a segurança interna, a Fazenda arrecada o montante de R\$ 22.464,00, à custa da redução da segurança pública da coletividade.

A contradição não existiria se uma das principais queixas dos comandantes de policiamento do Estado não fosse a insuficiência de efetivo (recursos humanos) e de equipamentos e viaturas (recursos materiais). Como justificar a destinação copiosa de efetivo militar para evento particular quando em inúmeros bairros não há policiais suficientes para atender a um único chamado? Esta, a meu ver, é a discussão que se deve levar ao debate, pois, **ainda que prevista legalmente**, não aparenta razoabilidade.¹⁰⁶ (grifo nosso)

Contudo, como vimos acima, a jurisprudência do STF é firme no entendimento da inconstitucionalidade de lei estadual que institua a cobrança de taxa para a prestação de serviços de segurança pública quando requisitada por particular, seja para sua segurança, seja para a de terceiro, mesmo em eventos abertos ao público, tendo em vista, repita-se, o fato de a segurança pública ser um serviço público devido pelo Estado e um direito de todos os cidadãos. Assim, em que pese as críticas muito bem construídas, tem-se que a prestação do serviço público de segurança é devida pelo Estado mesmo na ausência de uma lei regulamentando o pagamento de taxa de segurança preventiva.

Além do mais, a requisição da força policial constitui apenas um dos deveres da entidade desportiva detentora do mando jogo e não tem o condão de por si só afastar a sua responsabilidade por danos ocorridos no interior do estádio.

Não há que se falar em transferência da responsabilidade do clube detentor do mando de jogo ao Poder Público, pois é cediço que o mandante tem o dever viabilizar a segurança, ainda que seja necessário contratar segurança privada.¹⁰⁷ Contudo, cumpre advertir que o poder de polícia é indelegável aos particulares, não podendo ser executado por equipes de

¹⁰⁵ CARDOSO; Clarissa Medeiros; HORN, Rodrigo de Assis; PM só pode supervisionar a segurança dos torcedores. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2014-jan-03/policia-militar-supervisionar-seguranca-torcedores>>. Acesso em 30/05/2015.

¹⁰⁶ CARDOSO; Clarissa Medeiros; HORN, Rodrigo de Assis; PM só pode supervisionar a segurança dos torcedores. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2014-jan-03/policia-militar-supervisionar-seguranca-torcedores>>. Acesso em 30/05/2015.

¹⁰⁷ Cf. JORDÃO, Milton; SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. *Op. Cit.* p. 48.

segurança particular ou privada, sob pena do crime de usurpação do exercício de função pública (art. 328 do Código Penal).¹⁰⁸

Dito isso, a posição que prevalece na jurisprudência é a que defende a leitura do EDT à luz do texto constitucional. De fato, o art. 144, § 5º, da CF, dispõe que à Polícia Militar incumbe o dever-poder de preservar a ordem pública, enquanto o art. 14, do EDT, determina que a entidade responsável pelo mando de jogo tem o dever de solicitar a presença policial.

Nesse contexto, tem-se que a atuação da Polícia Militar na parte interna dos eventos esportivos deve se limitar à sua finalidade constitucional, isto é, para garantir a segurança pública e não para cumprir funções inerentes à segurança privada. Sendo assim, deve a força policial estar presente no interior do estádio, mas com o único propósito de preservar a ordem pública, intervindo quando o uso do poder de polícia for necessário.

Para melhor ilustrar a situação, urge um caso específico, julgado pelo Juiz Marcelo Sergio, da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, em 4 de abril de 2014.

Tratava-se de uma ação condenatória ajuizada por um torcedor em face da Fazenda Pública daquele estado, do Sport Club Corinthians Paulista, do Município de São Paulo e da Confederação Sulamericana de Futebol (Conmebol). O autor perdeu a visão em razão de ter sido alvo de um projétil de borracha disparado pela Polícia Militar, após tumulto entre os policiais e os torcedores do Corinthians, que almejavam invadir o gramado no jogo entre Corinthians e River Plate, válido pela Copa Libertadores da América. Vale citar uma parte do trecho da sentença que reconheceu a legitimidade e os limites da atuação da força policial:

[...]; Claro que não há dúvida quanto à presença da Polícia Militar na parte externa do evento, em razão da quantidade de torcedores envolvidos, sendo sua obrigação de preservar a ordem em benefício não apenas dos torcedores, mas também dos moradores e comerciantes locais, outros transeuntes, etc. **A dúvida surge quanto à presença e às funções da Polícia Militar na parte interna do evento.** [...]; Diante disso, se é obrigação a requisição por parte da entidade esportiva, ao Estado impõe-se o dever de atendê-la, de modo que temos que admitir a presença de Policiais Militares no interior das praças esportivas. Não obstante, o disposto no Estatuto do Torcedor deve ser interpretado sob a luz do comando constitucional, razão pela qual concluo que a Polícia Militar apenas deve estar no interior de evento privado para preservação da ordem pública, apenas isso! Não está lá para preservar o árbitro de futebol contra eventuais xingamentos de jogadores! Não está lá para coibir o uso de laser que venha a incomodar o goleiro! Não está lá para retirar jogador expulso da partida! Não está lá para receber ordens dos árbitros da partida! [...]; Sobre a questão, o Ministério Público de Joinville ajuizou ação civil pública, muito comentada no final do ano

¹⁰⁸ Cf. VALLA, Wilson Ordiley. A questão da segurança pública nos eventos desportivos e a responsabilidade do Estado. Disponível em <<http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=591>>. Acesso em 30/05/2015.

passado (2013), por decorrência dos absurdos acontecimentos durante a partida entre Atlético Paranaense e Vasco da Gama. **Na verdade, não pretendia o Parquet que a Polícia Militar simplesmente não estivesse no evento particular. O que se pretendia, e se pretende, é que a Força Policial apenas seja usada para sua finalidade constitucional, qual seja, segurança pública, e não para a segurança privada. Quer o Ministério Público impedir o que chamou de "desvio de finalidade", como também obrigar ao pagamento de taxa pela utilização do aparato policial (este último pedido de constitucionalidade duvidosa, na medida em que a segurança pública deve ser custeada por meio dos impostos que já pagamos, e como!).** Diz textualmente a peça inicial, da 17ª Promotoria de Justiça de Joinville (processo nº 0037457-55.2013.8.24.0038, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Joinville): Não há dúvidas que entre os réus e os espectadores dos jogos há uma relação de consumo, seja em razão da relação de consumo de serviços existente entre os adquirentes dos ingressos para comparecer ao estádio em qualquer campeonato, ou seja no caso de jogos gratuitos, materializando-se uma relação de consumo em função do torcedor tornar-se consumidor final de produtos e serviços disponibilizados pelos clubes nesses eventos (art. 2º da Lei 8.078/90), que se tornam fornecedores nos moldes do art. 3º da Lei 8.078/90, haja ou não cobrança de ingresso. Desse modo, por qualquer viés que se analise a situação há a obrigatoriedade dos réus garantirem a segurança de seus torcedores e da população de um modo geral nos eventos que realizarem. **Todavia, a prestação de segurança privada incumbência da entidade promotora do evento não pode açambarcar a atividade de segurança pública com caráter de exclusividade ou em prejuízo ao interesse público na segurança dos demais cidadãos consumidores... O fornecimento de segurança pública é um serviço primário, essencial, de relevância pública, de uso comum (uti universi), em caráter geral, beneficiando todos os cidadãos e a população fixa ou flutuante.** Visa tutelar a segurança da população, em face da necessidade do Estado garantir a defesa da vida, saúde e patrimônio do cidadão, bens jurídicos ameaçados pela prática do delito (art. 144, caput, CF). O bem jurídico imediato tutelado é a segurança pública; o mediato é a ordem pública, o cidadão e o patrimônio. **Na hipótese vertente, está havendo um desvio de finalidade da segurança pública quando seus integrantes passam a desempenhar missões próprias de segurança privada, vigilância exclusiva de pessoas, fazendo observar regras privadas do espetáculo e a zeladoria de bens arrendados ao uso privado.** É notório, a título de mera exemplificação, que enquanto os árbitros dos eventos desportivos agentes de direito privado, contratados pelos promotores do evento para a atividade de aplicação das normas de natureza privada (regras do desporto futebol) recebem destinação de segurança pública exclusiva, o comando da polícia militar não dispensa qualquer efetivo para a segurança aos integrantes do juizado do torcedor (Programa Justiça Presente: Juiz de Direito, Promotor de Justiça, Escrivão, etc.) agentes de direito público, concursados e na execução de atividade jurisdicional estatal... **O policiamento dos estádios de futebol, não obstante, é atividade estatal geral e genérica, dirigido a todos os cidadãos indistintamente, seja o local da reunião de propriedade privada ou de propriedade pública, bastando apenas que seja aberto ao público, para que o dever-poder do Estado de prestar segurança pública, geral e genérica, esteja presente... [...]; A Força Pública deve, sim, estar presente, mas para a garantia da ordem pública, e não para cumprir funções inerentes à segurança privada, no exclusivo interesse das entidades promotoras do evento.** Em países como Estados Unidos e Inglaterra, apenas para citar dois exemplos, a segurança interna dos eventos esportivos é exercida por empresas privadas, e parece que essa medida tem sido a que melhor promove a efetiva segurança. Não por outra razão, consta no Planejamento Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, elaborado pelo Ministério da Justiça (Item 09.1, p. 44): Atualmente, a Segurança Pública em dia de eventos é realizada integralmente pelos Órgãos de segurança pública. No entanto, o Regulamento de Segurança da FIFA estabelece um modelo diferenciado de realização, com atribuições específicas para a segurança pública e segurança privada. O Brasil ainda não tem tradição com esse modelo integrado de segurança nas instalações esportivas, no qual os órgãos de segurança pública fazem a segurança da cidade e das vias públicas, até a porta dos estádios, e as equipes de

segurança privada desempenham suas funções de segurança patrimonial e de vigilância no domínio territorial do estádio. Esse modelo inaugurará um novo conceito de atuação conjunta das forças públicas e privadas. Para tanto, a SESGE (Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, órgão do Ministério da Justiça) vem trabalhando em conjunto com o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo, realizando estudos que demonstrem a melhor maneira de utilização dos assistentes de ordem, em trabalho integrado ao da segurança pública. **As forças de segurança pública permanecem de sobreaviso e só intervêm quando há grave tumulto e se faça necessária a manutenção da ordem pública, ou quando necessário o emprego do poder de polícia, ou seja, só atuam dentro das instalações esportivas sob demanda. Destaquei. Em conclusão: a Polícia Militar deve estar presente no interior de praças esportivas, mas com o único propósito de preservar a ordem pública.**¹⁰⁹ (grifo nosso).

Dito isso, à luz da lei, da doutrina e da jurisprudência, frise-se mais uma vez que, independentemente da posição adotada, o cumprimento do dever de solicitação (art. 14, I, do EDT) não afasta, por si só, o dever de reparar do clube mandante e da entidade organizadora da competição. Do mesmo modo, a falta da requisição policial por aquelas entidades não exonera o Estado da sua responsabilidade.¹¹⁰

Com a remissão do EDT à legislação consumerista, o clube mandante (fornecedor de serviço), ainda que solicite segurança ao Poder Público (art. 14, inciso I, do EDT), tem o dever de reparar os danos produzidos no interior do estádio, uma vez que responde objetivamente pela segurança insuficiente e/ou defeituosa fornecida ao torcedor/consumidor.¹¹¹

Assim é que, no caso de um torcedor agredido fisicamente por cinco assaltantes dentro do Estádio Olímpico, durante a realização de um jogo de futebol entre Grêmio e Internacional, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ/RS) entendeu que mesmo tendo sido requisitada segurança ao Poder Público, e estando esta efetivamente presente no estádio, subsiste o dever de reparar da entidade detentora do mando de jogo:

1. O autor busca ser indenizado pelos danos materiais e morais sofridos em razão de ter sido agredido fisicamente, durante a realização de um jogo de futebol.
2. São aplicáveis ao caso a Lei n. 10.671/2003 – Estatuto de Defesa do Torcedor – e Lei n. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor. Como se vê do texto dos artigos 3º e 14 da Lei n. 10.671, o Estatuto do Torcedor faz expressa remissão ao microssistema consumerista, equiparando a entidade responsável pela organização da competição ao fornecedor.
3. A responsabilidade pela segurança do torcedor durante a realização de evento esportivo é da entidade detentora do mando de jogo. E tal responsabilidade, tratando-se de prejuízos causados pela falha de segurança, é objetiva, ensejando a aplicação, além das regras específicas do Estatuto do Torcedor, do disposto nos

¹⁰⁹ BRASIL. TJ/SP. Processo n. 0113761-69.2008.8.26.0053, Juiz Prolator Marcelo Sergio, 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, julgado em 04/04/2014, DJE de 11/11/2014.

¹¹⁰ Cf. SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. *Op. Cit.* p. 84.

¹¹¹ *Ibidem.* p. 86

artigos 12 a 14 do CDC, que dizem, por sua vez, com a responsabilidade - objetiva – do fornecedor por defeitos no fornecimento de produtos ou na prestação do serviço.

4. E não há falar que a mera solicitação de segurança ao Poder Público (art. 14, I, da Lei 10.671/2003), pela entidade desportiva, transfere a responsabilidade pela segurança ao Estado. A solicitação de segurança ao Estado é um dos deveres da entidade desportiva, que lhe é imposto justamente por ser sua – e isso decorre de imposição legal (*caput* do artigo 14 da Lei antes mencionada) – a reponsabilidade pela segurança durante a realização do evento.

5. Considerando que um evento esportivo de grande porte reúne contingente de pessoas, de todos os meios sociais e culturais e com os mais diversos ‘ânimos’, qualquer tipo de ilícito que ocorre no local é, sim, previsível. Não se pode afastar a hipótese de que, durante um jogo de futebol, ocorram roubos, furtos e lesões corporais, dentre outras infrações. Ora, se era previsível e provável que fatos desta espécie ocorressem, e cabia ao réu promover a segurança do local, é a ele imputável a responsabilidade pelo dano perpetrado ao autor.

6. Ainda, mesmo tendo sido requisitada segurança ao Poder Público e estando esta efetivamente presente no estádio, se o ilícito ocorreu é de se concluir que a segurança prestada era insuficiente ou defeituosa, ensejando, assim, na forma do artigo 19 da Lei n. 10.671/2003, combinado com o artigo 14 da Lei n. 8.078/90, o dever de indenizar da entidade desportiva.¹¹² (grifo nosso).

Destarte, tem-se que, em regra, o clube mandante será parte legítima para figurar no polo passivo de eventual ação condenatória, uma vez que, conforme o raciocínio supracitado, se é certo que ocorreu um ilícito no interior do estádio, certo é que o dever de segurança foi prestado de maneira insuficiente ou defeituosa por parte daquela agremiação. Por outro lado, caso presente no estádio, o Estado poderá ser acionado caso a polícia tenha concorrido para a falha de segurança e, conseqüentemente, para o resultado danoso.¹¹³

Por outro lado, o efeito do descumprimento do dever de requisitar a presença policial é que daí surgirá ao clube detentor do mando de jogo e ao organizador da competição o dever de reparar até mesmo os danos ocorridos fora do local do evento esportivo. É o caso, por exemplo, do clube que não efetua a solicitação, daí decorrendo lesão ao torcedor, que fora surpreendido por tumulto, a algumas ruas do local do evento, o que seria facilmente controlado caso a polícia ali estivesse.¹¹⁴

2.2 A responsabilidade civil objetiva e solidária da torcida organizada e dos seus respectivos associados

Nos termos do art. 39-B, do EDT, “a torcida organizada responde civilmente, de forma objetiva e solidária, pelos danos causados por qualquer dos seus associados ou

¹¹² BRASIL. TJ/RS. Apelação Cível nº 70013709761/Porto Alegre, Relatora Desembargadora Iris Helena Medeiros Nogueira, Nona Câmara de Direito Cível, julgado em 25/01/2006, DJe 16/02/2006.

¹¹³ Cf. SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. *Op. Cit.* p. 88

¹¹⁴ *Ibidem.* p. 93/96.

membros do local do evento esportivo, em suas imediações ou no trajeto de ida e volta para o evento”.

O artigo em comento foi inserido no EDT com o escopo de servir como meio das federações, agremiações e as autoridades públicas coíberem que integrantes das torcidas organizadas, inicialmente protegidos pelo anonimato, ainda se mantivessem ao arrepio da lei. Com o cadastro dos integrantes da torcida organizada (art. 2-A do EDT), sendo ela pessoa jurídica ou existente de fato, pretendia-se facilitar o acesso à justiça para pleitear a reparação dos danos perpetrados por seus membros.¹¹⁵

Contudo, verifica-se facilmente que o art. 39-B, do EDT, é de difícil aplicação. Primeiro, porque talvez fosse mais interessante inserir um dispositivo, possibilitando a individualização da responsabilidade, caso a torcida organizada consiga apontar o responsável. Com isso, o objetivo seria de transformar a própria torcida em ente fiscalizador de torcedores que causem prejuízos, como forma de se proteger de condenações futuras.¹¹⁶ Segundo, porque apurar a existência de patrimônio capaz de fazer frente à eventual execução não é tarefa das mais fáceis para o credor, haja vista que:

[...]; a torcida organizada é, segundo a definição da mesma lei, pessoa jurídica também existente de fato. Nenhum requisito financeiro, estrutural, ou estatutário é previsto para sua criação. Só é preciso que ‘se organize para o fim de torcer e apoiar a entidade de prática esportiva de qualquer natureza ou modalidade’. Com que patrimônio a torcida organizada vai, efetivamente, responder nessas obrigações? Sobre que bens as pessoas lesadas poderão fazer valer os seus direitos? Por um lado, parece improvável que possa ser sobre bens pertencentes à torcida, já que, como dito acima, a lei não estabelece para criação a obrigação de patrimônio mínimo. Por outro lado, poderia chegar a ser injusto e talvez de duvidosa legitimidade constitucional que os credores possam fazer valer os seus direitos sobre todos os membros, objetivamente e solidariamente. Poderiam chegar a ser chamados a responder por danos enormes, como frequentemente são aqueles causados pela folia coletiva das torcidas, as pessoas que nada tem a ver com o fato ou não tem culpa nenhuma.¹¹⁷

Portanto, em razão da dificuldade de se encontrar patrimônio e também de identificar se determinando indivíduo pertence – ou não – a torcida organizada (ainda mais se não houver o cadastro), torna-se interessante o estudo da responsabilidade civil do clube de futebol por danos causados por suas torcidas organizadas.

¹¹⁵ Cf. JORDÃO, Milton; SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. *Op. Cit.* p. 115.

¹¹⁶ *Ibidem.* p. 116.

¹¹⁷ Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-ago-14/estatuto-torcedor-ambicioso-dificil-aplicacao>>. Acesso em 30/04/2015.

3. A RESPONSABILIDADE CIVIL DO CLUBE DE FUTEBOL POR DANOS CAUSADOS POR SUAS TORCIDAS ORGANIZADAS

A finalidade deste capítulo é identificar as hipóteses em que um clube de futebol será responsável por atos praticados por torcidas organizadas.

No contexto atual, as torcidas organizadas são tidas como as maiores responsáveis pela violência dentro e fora dos estádios de futebol. Nesse sentido, são pertinentes os comentários de Ronaldo Batista Pinto:

A presença de torcedores rivais, cada um trajando a camisa de seu time, lado a lado, é algo visto apenas nos jornais que, no cinema, antecipavam os filmes antigos. Hoje as torcidas se encontram separadas por grades de ferro, por cordões de policiais, cada uma ocupando o seu campo de batalha, inspiradas pela rixa e prontas para dar início ao combate. O pai que pretenda levar o filho para assistir um clássico provavelmente será identificado com um insano. Os riscos que correrá no interior do estádio, em suas adjacências e no trajeto até o local da partida, certamente o desestimularam de tal empreitada, reduzindo o futebol a um evento televisivo, que poucos se atrevem a assistir ao vivo. Aliás, os nomes pelos quais são batizadas algumas torcidas (Exército Rubro-Negro, Inferno Verde, Comandos da Raça Rubro-Negra, Máfia Vermelha), deixam evidentes suas intenções pouco amistosas.¹¹⁸

Dito isso, sabendo que a torcida organizada pode ser pessoa jurídica existente de fato, prescindindo, portanto, de qualquer requisito estatutário ou financeiro para a sua constituição, constata-se a necessidade de verificar os casos em que o clube será igualmente responsável, de modo que o credor possa fazer uso do seu direito de ação contra um devedor que tenha patrimônio hábil a garantir o êxito de uma eventual condenação.

3.1 O financiamento das torcidas organizadas promovido pelos clubes

De acordo com André Luis Nery, houve pouquíssimos casos de morte no futebol na década de 1990, geralmente restritos a São Paulo e Rio de Janeiro. Contudo, nos anos seguintes, a violência se espalhou para todos os estados, sendo que, conforme se extrai de um levantamento estatístico, ocorreram 133 mortes de torcedores brasileiros nos últimos 20 (vinte) anos, vítimas de enfrentamentos entre torcidas adversárias e acidentes em estádios. Ressalta-se que entre os anos de 2007 a 2011 foram registrados 54% do total de óbitos.¹¹⁹

O pesquisador concluiu ainda que o aumento do número de vítimas foi acompanhado

¹¹⁸ GOMES, Luiz Flávio et al. *Op. Cit.* p. 104.

¹¹⁹ Cf. NERY, André Luiz. *Violência no futebol: mortes de torcedores na Argentina e no Brasil*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012, p. 113.

por uma tendência: a diminuição dos conflitos no interior dos estádios e o aumento de agressões em cenários afastados do contexto futebolístico. As mortes não estão diretamente vinculadas aos jogos. Em Alagoas, por exemplo, um torcedor do CSA foi morto a tiros por um torcedor do time rival, o CRB, em um ponto de ônibus. No Rio de Janeiro, torcidas chegaram a marcar uma briga para uma partida de basquete, simplesmente porque estava em jogo a mesma rivalidade dos campos.¹²⁰

Como sabido, os clubes de futebol costumam auxiliar financeiramente as suas torcidas organizadas. Apesar de muitos dirigentes negarem veementemente que financiam as torcidas organizadas, certo é que são inúmeros os exemplos dessa prática no contexto do futebol brasileiro.

Os membros das torcidas organizadas costumam ser contemplados por dirigentes com ingressos e ônibus para acompanharem os jogos disputados fora de casa. Para garantir o apoio nessas partidas, os dirigentes fornecem ingressos de cortesia para os líderes das organizadas, sendo que esses, por sua vez, podem distribuí-los entre os integrantes da respectiva torcida, ou ainda, revender os bilhetes e as vagas de transporte.

Nesse contexto, além de toda a facilidade recebida para acompanhar os jogos fora de casa, a torcida organizada tem na organização de viagens uma das suas grandes fontes de rendimento, pois, ao promovê-las, impulsiona os lucros com a venda de seus produtos, tais como bonés, camisas, faixas, trapos, dentre outros elementos caracterizadores.¹²¹

Desse modo, a par de toda a rivalidade entre torcidas, a disputa por benefícios e verbas torna ainda mais nebulosa a relação travada entre os dirigentes do clube de futebol e os líderes das torcidas organizadas.

Nas entidades desportivas com maior número de adeptos, essa disputa implica em rixas entre torcedores organizados do mesmo clube, pois, a depender da diretoria ou do presidente eleito, uma torcida organizada pode receber mais benefícios que a outra.

E é justamente por conta da violência de algumas torcidas organizadas que o dirigente de futebol se torna refém delas. Isso porque, caso uma diretoria diminua ou revogue os benefícios, é certo que as cobranças e os protestos serão ainda mais frequentes.

Mais recentemente, em jogo disputado entre o Boca Juniors e o River Plate pela

¹²⁰ *Ibidem.* p. 119.

¹²¹ Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/noticia/2012/12/disputa-por-verbas-e-poder-geram-conflitos-entre-torcidas-organizadas-3995861.html>>. Acesso em 10/06/2015.

Copa Libertadores de América de 2015, uma parte da torcida organizada do Boca, denominada de “La Doce”, atacou os jogadores rivais com gás de pimenta no túnel de entrada do estádio. O atentado, segundo a imprensa argentina (diário “Olé”), teve como motivação o fato de uma ala da torcida organizada ter perdido o direito de exibição de faixas no estádio para facções rivais, bem como a prerrogativa de revender entradas cedidas pela diretoria.¹²²

Assim, diante do tratamento desigual de diferentes organizadas de um mesmo clube, ou ainda, de alas pertencentes à mesma torcida, verifica-se o temor por parte dos dirigentes em cortar ou reduzir as despesas com os seus financiamentos. D’outra parte, não se deve ignorar o fato de parte dos dirigentes buscarem nas torcidas organizadas apoio político e tranquilidade para o exercício de seus mandatos.

Ainda que sem sucesso, o MP/SP tentou elaborar um Termo de Compromisso para que os quatro principais clubes paulistas deixassem de financiar as suas torcidas organizadas. O compromisso, ao proibir a distribuições de ingressos para os torcedores “uniformizados”, buscava facilitar a identificação dos torcedores que vão aos estádios. Assim, os torcedores teriam que adquirir suas entradas de forma convencional, comprando nas bilheterias ou por meio do “sócio-torcedor”, de modo que nos dois sistemas o torcedor teria o seu nome impresso no ingresso ou no cartão de sócio, facilitando assim a identificação e a responsabilização de quem protagonizasse situações violentas dentro do estádio.¹²³

Ao final, o compromisso resultou numa obrigação de cadastramento dos torcedores organizados junto à FPF. Feito isso, o torcedor deve passar a sua carteirinha com nome e fotografia no portão do estádio, momento em que um fiscal daquela federação e um policial militar verificam, simultaneamente, se a foto reproduzida em uma tela é a mesma da pessoa que pretende assistir ao jogo. E caso o respectivo torcedor organizado tenha alguma restrição judicial será, no mínimo, impedido de adentrar ao estádio.¹²⁴

Contudo, em que pese o esforço para diminuir o financiamento dos clubes, a realidade hoje continua sendo esta. Conforme matéria veiculada em 2013, o Vasco da Gama, apesar de inúmeros episódios de violência das suas torcidas organizadas, permanecia

¹²² Disponível em: <<http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/esporte/2015/05/15/acao-com-gas-pimenta-na-bombonera-teve-motivacao-politica-diz-jornal.html>>. Acesso em 10/06/2015.

¹²³ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2013/09/1345334-clubes-fazem-acordo-para-nao-financiar-torcidas-organizadas.html>>. Acesso em 10/06/2015.

¹²⁴ Disponível em: <http://www.espn.uol.com.br/noticia/370507_acordo-para-fim-de-financiamento-de-clubes-organizadas-fracassa>. Acesso em 10/06/2015.

distribuindo ingressos e fretando viagens de avião e de ônibus.¹²⁵ Já o Figueirense, de forma muito aberta, admite custear as viagens de sua principal torcida organizada, não sendo raro encontrar, inclusive, um representante desta em reuniões do clube ou em apresentações de atleta.¹²⁶ Por sua vez, o presidente do São Paulo cedeu recentemente 50 (cinquenta) ônibus para que a “Torcida Independente” se deslocasse até a Arena Itaquera.¹²⁷

Outro aspecto ainda mais grave é que algumas torcidas organizadas expõem a marca dos clubes de futebol em seus produtos. O clube do Botafogo, segundo noticiado pelo seu vice-presidente de comunicação em março do ano de 2015, iniciou conversas com uma de suas torcidas organizadas para licenciar os seus produtos, de maneira que os royalties sejam revertidos para os cofres do clube. Outros clubes cariocas, apesar de não receberem nenhuma contrapartida financeira, não coíbem veementemente a comercialização de produtos pelas torcidas organizadas com símbolos das suas respectivas equipes.¹²⁸

Por outro lado, o Cruzeiro, por meio do seu Conselho Deliberativo, proibiu que as torcidas organizadas Máfia Azul e Pavilhão Independente, após rixas no estádio, utilizassem a marca, o escudo ou qualquer símbolo do clube mineiro, a fim de que a entidade desportiva ficasse longe de qualquer tipo de responsabilidade em relação aos atos daqueles torcedores organizados.¹²⁹

Feitas essas considerações, deve-se analisar a responsabilidade civil do clube em relação aos atos praticados por suas torcidas organizadas. Há casos em que esta irá decorrer da relação de consumo existente entre o torcedor lesado e o clube mandante. Entretanto, em alguns casos específicos, também é pertinente o estudo da possibilidade de responsabilização decorrente de algum vínculo estabelecido entre o clube e a torcida organizada.

3.2 Relação jurídica entre o torcedor e o clube mandante

Gera controvérsia a discussão sobre a possibilidade de o clube responder civilmente

¹²⁵ Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/times/vasco/noticia/2013/12/ingressos-e-transporte-organizadas-sao-beneficiadas-pelo-vasco.html>>. Acesso em 10/06/2015.

¹²⁶ Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/esportes/201202-figueirense-financia-as-torcidas-organizadas.html>>. Acesso em 10/06/2015.

¹²⁷ Disponível em: <<http://torcedores.com/noticias/2015/02/sao-paulo-vai-financiar-transporte-para-torcida-organizada-no-classico>>. Acesso em 10/06/2015.

¹²⁸ Disponível em: <<http://extra.globo.com/esporte/organizadas-usam-simbolos-dos-clubes-grandes-do-rio-sem-nenhuma-contrapartida-15465591.html>>. Acesso em 10/06/2015.

¹²⁹ Disponível em: <<http://mafiaazul.com.br/oficial/cruzeiro-proibe-torcidas-organizadas-de-usar-os-simbolos-do-clube/>>. Acesso em 10/06/2015.

por atos praticados pelas torcidas organizadas.

A teor do que foi exposto, a primeira hipótese de responsabilização decorre do fato de o clube mandante, a luz do art. 14, *caput*, do EDT, ter o dever de garantir a segurança dos torcedores que adentram ao local do evento esportivo. Outrossim, nos termos do art. 3º do EDT, a entidade desportiva detentora do mando de jogo equipara-se, para todos os efeitos legais, ao fornecedor de serviços, respondendo objetivamente por eventual defeito ou vício na sua prestação.

Nesse contexto, ao ingressar no local evento, o consumidor tem uma legítima expectativa de proteção e de segurança, não esperando encontrar no estádio um ambiente hostil, em que brigas e tumultos entre os apreciadores do espetáculo constituam uma situação de normalidade.

Assim, valendo-se dessa previsão conjunta do EDT e do CDC, o TJ/SP já deixou assente que “[...]; *há um dever geral dos organizadores do evento esportivo de zelarem pela segurança e incolumidade física dos consumidores que transitam em suas dependências, devendo minimizar ao máximo o risco de acidentes no local*”.¹³⁰

Conforme preconiza o art. 13, *caput*, do EDT, “o torcedor tem direito a segurança nos locais onde são realizados os eventos esportivos antes, durante e após a realização das partidas”.

Dito isso, havendo dano provocado pela torcida organizada no âmbito do local do evento esportivo, nasce para o consumidor lesado a pretensão de reparação civil contra o clube mandante e os demais responsáveis pela organização do campeonato. Contudo, deve-se advertir que essa pretensão surge em razão da relação jurídica entre o torcedor e a entidade desportiva detentora do mando de jogo, que é considerada consumerista e, portanto, objetiva.

Assim, diante da equiparação legal do torcedor ao consumidor, tem-se que para a responsabilização do clube mandante – fornecedor do serviço de entretenimento – é imprescindível que os danos sofridos pelo consumidor tenham sido causados por uma prestação defeituosa do serviço, nos termos do art. 14, *caput*, do CDC.

Sobre o assunto, o STJ definiu recentemente que o serviço defeituoso é aquele que não apresenta a segurança legitimamente esperada pelo consumidor, conforme preconiza o art. 14, § 1º, do CDC. Todavia, a expressão “segurança legitimamente esperada” constitui um

¹³⁰ BRASIL. TJ/SP. Apelação Cível nº 0002680-76.2010.8.26.0011, São Paulo, Relatora Desembargadora Ana Lúcia Romanhole Martucci, Sexta Câmara de Direito Privado, julgado em 13/03/2014, DJe 26/03/2014.

conceito juridicamente indeterminado, que deve ser concretizado pelo magistrado a luz do caso concreto. Na hipótese de acidentes de consumo ocorridos em estádios de futebol, verifica-se que alguns fatores como a ausência de disponibilização de segurança ao público esperado, a falta de conservação da estrutura do estádio e a superlotação podem demonstrar que o serviço foi prestado ao consumidor sem o devido zelo.¹³¹

Há de se discutir ainda as frequentes causas excludentes de responsabilidade civil alegadas pelos clubes de futebol como matérias de defesa. No ponto, é de se ressaltar que confrontos entre torcidas organizadas e torcedores rivais, ou ainda entre torcedores organizados e policiais, não constituem fato exclusivo de terceiros. Isso porque, as brigas não excluem a ocorrência simultânea de uma falha de segurança na realização do evento.

Nas palavras de José Aguiar Dias, o fato de terceiro é “[...]; a atividade desenvolvida por uma pessoa determinada que, sem qualquer vinculação com a vítima ou com o causador aparente do dano, interfere no processo causal e **provoca com exclusividade o evento lesivo**”.¹³² (grifo nosso).

Nesse caminho, ocorrido um acidente de consumo no estádio, presume-se que de qualquer modo houve falha de segurança na concepção e na realização do evento esportivo, ainda que mínima. O fato de terceiro “[...]; deve ser a causa adequada do dano com exclusividade, pois, se for apenas um fator concorrente, persiste a responsabilidade do agente”.¹³³ Desse modo, ainda que uma torcida organizada tenha iniciado um conflito, subsiste a responsabilidade do clube mandante, pois este deveria ter tomado as medidas preventivas necessárias à segurança dos torcedores.

Outrossim, ressalta-se que a própria qualidade de terceiro é colocada em dúvida quando determinado clube fomenta sua torcida organizada (conforme exposto no item 3.1), tendo em vista que “[...]; quanto à qualidade de terceiro, significa que esta pessoa não pode ter qualquer vinculação com o agente responsabilizado”.¹³⁴

Por outro lado, pode-se parecer injusto que o clube mandante sempre responda por fatos provocados por terceiros, mesmo quando adote todas as medidas preventivas de segurança previstas no EDT, contudo ressalta-se que, em se tratando de acidentes de

¹³¹ BRASIL. STJ. REsp 1.513.245-SP, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 10/03/2015, DJ de 13/03/2015.

¹³² DIAS, José de Aguiar. Da responsabilidade civil. Rio de Janeiro: Forense, 1960, p. 713.

¹³³ SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. Responsabilidade civil no código do consumidor e defesa do fornecedor. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 279.

¹³⁴ *Ibidem*. p. 279.

consumo, aplica-se também o que a doutrina denomina de violação positiva do contrato.

A função integrativa da boa-fé insere em nosso ordenamento jurídico novos deveres para as partes contratantes, pois além da verificação da obrigação principal, surgem novas condutas a serem observadas. Tratam-se dos chamados deveres de conduta, também conhecidos como deveres de consideração, deveres anexos, laterais, acessórios e de tutela, danos de acompanhamento, etc.¹³⁵

Portanto, a despeito da execução da prestação principal, tem-se um rol exemplificativo de deveres laterais de conduta (cuidado, colaboração, informação, proteção com a pessoa e o patrimônio do outro) que, se violados, acarretam o inadimplemento contratual.¹³⁶

O STJ de há muito assentou que a teoria da violação positiva do contrato é perfeitamente aplicação às relações de consumo:

[...]; o princípio da boa-fé se aplica às relações contratuais regidas pelo CDC, impondo, por conseguinte, a obediência aos deveres anexos ao contrato, que são decorrência lógica deste princípio. O dever anexo de cooperação pressupõe ações recíprocas de lealdade dentro da relação contratual. A violação a qualquer dos deveres anexos implica em inadimplemento contratual de quem lhe tenha dado causa.¹³⁷

O TJ/SP utilizou a teoria da violação positiva do contrato para responsabilizar civilmente o São Paulo, clube detentor do mando de jogo, pelos danos materiais e morais suportados por um torcedor atingido por outro que, por sua vez, caiu do anel superior do estádio do Morumbi. Ao analisar a situação, a relatora do acórdão afirmou que:

[...]; embora não tenha havido vício propriamente dito na prestação do serviço por parte do São Paulo Futebol Clube, houve má execução dos deveres laterais de segurança da consumidora, que se acidentou durante um jogo de futebol do Campeonato Brasileiro. Houve, assim, cumprimento imperfeito, pois a despeito da execução da prestação principal, a violação a dever lateral causou dano indenizável à contraparte.¹³⁸

Desse modo, *mutatis mutandis*, tem-se que um torcedor/consumidor não espera que o plano de segurança adotado pelo clube mandante, seja ele público e/ou privado, não seja capaz de evitar que alguma conduta de torcedores organizados atinja reflexamente a sua integridade física. Um torcedor visitante, por exemplo, não espera que o seu espaço seja

¹³⁵ Cf. GARCIA, Leonardo de Medeiros. Deveres de consideração nas relações contratuais. *Cognitio Juris*, João Pessoa, Ano IV, Número 11, dezembro 2014.

¹³⁶ Cf. GARCIA, Leonardo de Medeiros. Deveres de consideração nas relações contratuais. *Cognitio Juris*, João Pessoa, Ano IV, Número 11, dezembro 2014.

¹³⁷ BRASIL. STJ. REsp 595.631/SC, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 08/06/2004, DJ de 02/08/2004.

¹³⁸ BRASIL. TJ/SP. Apelação Cível nº 0002680-76.2010.8.26.0011, São Paulo, Relatora Desembargadora Ana Lúcia Romanhole Martucci, Sexta Câmara de Direito Privado, julgado em 13/03/2014, DJe 26/03/2014.

invadido por torcedores rivais.

E como salientado no item 2.1, o dever de segurança abrange também o entorno do estádio, devendo o clube mandante e a entidade organizadora da competição garantir que os torcedores tenham um trajeto de acesso e de saída do estádio seguros, requisitando, por exemplo, a presença policial de modo a evitar conflitos nos arredores.¹³⁹

Concluindo, o consumidor/torcedor pertencente a qualquer torcida, seja ela local ou visitante, terá garantido o direito de ajuizar a consequente ação condenatória em face do clube com mando de jogo, e também da entidade responsável pela organização do campeonato, quando houver um dano perpetrado por torcedores organizados no âmbito do local do evento esportivo.

3.3 Relação jurídica entre o clube e a torcida organizada

Como visto, o clube de futebol responde objetivamente por atos praticados por seus torcedores organizados quando os danos forem oriundos de uma relação de consumo defeituosa, uma vez que, como mandante, tem o dever de garantir a segurança dos torcedores antes, durante e após a realização das partidas, conforme preconiza o EDT.

Contudo, ante a complexidade das relações humanas e a intensificação dos riscos, constata-se que o problema da violência no esporte se expandiu para além dos muros do estádio, de forma que a aplicação do CDC não será possível em todos os casos.

Assim, faz-se necessária a análise criteriosa das hipóteses de responsabilização do clube de futebol em virtude das próprias relações materiais travadas com as suas torcidas organizadas, e não mais sob a ótica da relação consumerista entre a entidade desportiva detentora do mando de jogo e o torcedor consumidor.

Conforme já salientado, as torcidas organizadas usualmente recebem ajuda financeira de seus clubes para acompanhá-los em outras localidades ou até mesmo no exterior, sendo que muitos atos de violência são praticados no curso dessas viagens.

No ponto, oportuno destacar o exemplo do torcedor do Avaí que veio a óbito após ter sido atingido por uma pedra arremessada contra o micro-ônibus em que viajava. Ele voltava a Santa Catarina após assistir ao jogo do Avaí contra o Paraná, junto com outros amigos. Na

¹³⁹ Cf. SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. *Op. Cit.* p. 83.

altura do “km 136” da rodovia BR-101, um grupo de indivíduos pertencentes à torcida organizada “Fúria Marcilista” do Marcílio Dias, equipe que nada tinha a ver com a partida em questão, arremessou pedras assim que o veículo passava por um viaduto.¹⁴⁰

Ainda sobre o caso, ressalta-se que as vítimas não tinham qualquer ligação com a torcida organizada do seu time de coração. Um dos suspeitos relatou inclusive que o crime ocorreu porque os torcedores organizados da “Fúria Marcilista” tiveram seus carros atingidos por pedras arremessadas por integrantes da torcida organizada “Mancha Azul”, do Avaí, meses antes. Dessa forma, o simples desejo de vingança foi a motivação suficiente para a ação homicida, que teve como alvo torcedores que nada tinham a ver com a rixa anterior.¹⁴¹

Nesse contexto, ainda que não se verifique uma relação de consumo nessas hipóteses, deve-se analisar nos próximos itens se o clube pode vir a ser responsabilizado por atos de sua torcida organizada.

3.3.1 Responsabilidade civil subjetiva

A regra em sede de responsabilidade civil é que cada um responda pelos próprios atos, exclusivamente pelo que fez. É o que se tem chamado de responsabilidade direta ou responsabilidade por fato próprio, cuja justificativa está no próprio princípio informador da teoria da reparação. Excepcionalmente, nas hipóteses previstas no art. 932 do CC, uma pessoa pode vir a responder pelo fato de outrem.¹⁴²

Todavia, essa responsabilidade indireta não ocorre de maneira indiscriminada. Para que a responsabilidade desborde do autor material do dano, alcançando alguém que não concorreu diretamente para ele, “[...]; é preciso que esse alguém esteja ligado por algum vínculo jurídico ao autor do ato ilícito, de sorte a resultar-lhe, daí, um dever de guarda, vigilância ou custódia”.¹⁴³

Segundo Alvino Lima, a responsabilidade pelo fato de outrem se focaliza em dois sujeitos passivos, responsáveis, perante a vítima, pelo ressarcimento do dano. De um lado, o autor do fato material ou da omissão lesivos ao direito de outrem. De outro, os civilmente

¹⁴⁰ Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,policia-identifica-suspeitos-de-matar-torcedor-do-avai,1566151>>. Acesso em 10/06/2015.

¹⁴¹ Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,policia-identifica-suspeitos-de-matar-torcedor-do-avai,1566151>>. Acesso em 10/06/2015.

¹⁴² Cf. CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 204.

¹⁴³ *Ibidem*. p. 204

responsáveis pelas consequências do ato do autor material do dano, nos casos prefixados, limitativamente, em determinado dispositivo legal.¹⁴⁴

Em apartada síntese, Sérgio Cavalieri Filho afirma que a responsabilidade pelo fato de outrem se constitui pela infração do dever de vigilância. Não se trata, segundo o autor, de responsabilidade por fato alheio, mas por fato próprio decorrente da violação do dever de vigilância.¹⁴⁵

Contudo, em se tratando de responsabilidade civil indireta, a interpretação da lei é restritiva. Os incisos do art. 932 do CC apresentam um rol taxativo em que uma pessoa responde pelos atos de outra. E, obviamente, a relação entre entidade desportiva e torcida não foi contemplada pelo CC de 2002, não havendo que se falar, portanto, em responsabilidade civil objetiva do clube por fato de terceiro, *in casu*, a sua torcida organizada.

Outrossim, nos termos do art. 265 do CC, “a solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes”. E é bem por isso que a entidade desportiva apenas será responsabilizada se tiver concorrido, junto com a sua torcida organizada, para a ocorrência do evento danoso.

Daí porque não há como se esquivar da análise da culpa da entidade desportiva à luz do caso concreto. Tratando-se, portanto, de responsabilidade civil subjetiva, somente mediante a demonstração de culpa do clube é que seria possível imputar-lhe a responsabilidade por ato praticado pela torcida organizada.

Partindo do disposto no art. 186 do CC, entende que no procedimento culposos está um fato causando dano a outrem, independentemente de vontade ou mesmo da consciência do mal causado. A voluntariedade pressuposta na culpa é a da ação em si mesma. É a consciência do procedimento, que se alia à previsibilidade.¹⁴⁶

Atilio Anibal Altereni esclarece que a culpa provém sim de um ato voluntário, isto é, realizado com os necessários elementos internos de discernimento, intenção e liberdade, mas a vontade do sujeito, no ato culposos, vai endereçada à sua realização, e não à sua consequência nociva.¹⁴⁷

O agente, portanto, estava adstrito à obediência de uma norma. Se faltou com a sua

¹⁴⁴ Cf. LIMA, Alvino. A responsabilidade civil pelo de outrem. Rio de Janeiro: Forense, 1973, p. 20.

¹⁴⁵ Cf. CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 205.

¹⁴⁶ Cf. PEREIRA, Caio Mário da Silva. Responsabilidade civil. Atualizado por Gustavo Tepedino. Rio de Janeiro: GZ, 2011, p. 96.

¹⁴⁷ Cf. ALTERINI, Atilio Anibal. Responsabilidade civil. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1974, p. 94.

observância, por imprudência, negligência ou imperícia, cometeu um erro de comportamento, também denominado erro de conduta.¹⁴⁸

Segundo Carlos Roberto Gonçalves, para a correta conceituação de culpa, é de consenso geral que não se pode prescindir dos elementos ‘previsibilidade’ e comportamento do “*homo medius*”.¹⁴⁹

Sérgio Cavalieri Filho, por sua vez, conceitua culpa como uma conduta voluntária contrária aos deveres de cuidado, cautela, diligência, ou atenção, impostos pelo Direito, com a produção de um evento danoso involuntário, porém previsto e previsível.¹⁵⁰

O mencionado autor afirma ainda que previsto é o resultado que foi representado, mentalmente antevisto. Nesse caso a culpa se aproxima do dolo. Por outro lado, não sendo previsto, o resultado terá que, pelo menos, ser previsível. Isso ocorre quando, embora não representado mentalmente, o resultado poderia ter sido previsto, e, conseqüentemente, evitado, mas não foi por falta de cuidado.¹⁵¹

Para aferição da previsibilidade no caso concreto, há dois critérios que podem ser utilizados: **a)** objetivo: ele tem em vista o homem médio, diligente e cauteloso. Previsível é um resultado quando a previsão do seu advento pode ser exigida do homem comum normal, do indivíduo de atenção e diligência ordinárias; e **b)** subjetivo: por esse critério previsibilidade deve ser aferida tendo em vista as condições pessoais do sujeito, como idade, sexo, grau de cultura, etc.¹⁵²

Dito isso, na imprudência o sujeito procede sem as cautelas necessárias, com pouca consideração pelos interesses alheios, deixando de prever integralmente as conseqüências da ação. A negligência, por sua vez, é a falta de atenção, a ausência de reflexão necessária, uma espécie de preguiça psíquica, em virtude da qual deixa o agente de prever o resultado que podia e devia ser previsto. Por fim, a imperícia consiste na inaptidão técnica e na ausência de conhecimento para a prática de um ato.¹⁵³

Convenhamos que essa demonstração de culpa da entidade desportiva nos moldes dos arts. 186 e 927 do CC é bastante difícil, uma vez que não se tem muitos julgados a

¹⁴⁸ Cf. PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Op. Cit.* p. 97.

¹⁴⁹ Cf. GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil*. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 51/52

¹⁵⁰ Cf. CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de responsabilidade civil*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 36/37.

¹⁵¹ Cf. CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de responsabilidade civil*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 36/37.

¹⁵² Cf. CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de responsabilidade civil*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 37

¹⁵³ Cf. GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil*. *Op. Cit.* p. 51/52

respeito do que pode – ou não – caracterizar uma negligência ou imprudência do clube para a ocorrência do dano.

Todavia, conjugando-se os dois critérios, salienta-se que para responsabilizar o clube por ato de sua torcida organizada, teríamos que admitir que este tem condições de antever os resultados de financiar as viagens de sua torcida, especialmente quando é negligente, e falta com a cautela e o cuidado necessários na escolha dos beneficiados pela distribuição de ingressos e fornecimento de transporte. É que como sabido há torcedores organizados reincidentes na prática de atos violentos, impedidos de frequentar estádios de futebol, mas que continuam presentes neles.¹⁵⁴

Nesse contexto, deriva um ponto de partida para a construção dessa ideia de culpa do clube, qual seja: o fato de o clube subsidiar as torcidas organizadas através do fornecimento e dos repasses de ingressos de valor irrisório, custeio de viagens estaduais, nacionais e internacionais, dentre outras ajudas e incentivos financeiros.

Utilizando-se desse argumento, a primeira instância do Estado de São Paulo condenou o Corinthians a indenizar um torcedor que perdeu o olho em uma briga entre a torcida organizada do clube e a polícia militar no estádio do Pacaembu, após a eliminação da equipe na Copa Libertadores de 2006. *In casu*, ainda que o torcedor lesado estivesse amparado pela responsabilidade objetiva do CDC, o juiz de primeiro grau considerou o fato de o clube financiar a sua torcida organizada como fundamento principal do dever de reparar:

Como vimos na instrução, inegavelmente, houve falha grave na segurança dos torcedores, **de modo que a agremiação esportiva deve ser responsabilizada, até porque fomenta a participação dos chamados "torcedores organizados" nos eventos esportivos.**

Apesar de os dirigentes esportivos afirmarem que não disponibilizam nenhum tipo de privilégio aos torcedores organizados, **é de conhecimento público que desfrutam eles, os torcedores organizados, de inúmeros benefícios, como, por exemplo, preferência na venda de ingressos, descontos em ingressos, ajuda de custo para viagens, uso de símbolos do clube sem contrapartida, etc.**

No programa "Bola da Vez", da emissora ESPN-Brasil, que foi ao ar no dia 1º de abril de 2014, o ex-Presidente do SCCP, Andrés Sanchez, afirmou que fornecia ingressos aos organizados e metade dos ônibus necessários para viagens.

Disse, a quem quisesse ouvir, que, como presidente, tem o direito de fornecer ingressos a quem quer que seja! **Sim, de fato, o dirigente de entidade privada tem direito de fornecer o ingresso a quem lhe convier, mas, por consequência, deve assumir as responsabilidades pelos danos causados por seus torcedores.**

A direção dos clubes de futebol, aliás, não apenas promove a presença do torcedor organizado, como também é omissa (talvez até medrosa), em relação aos danos, materiais e morais, que as torcidas organizadas promovem.

¹⁵⁴ Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/12/vascaino-envolvido-na-agressao-em-sc-ja-brigou-em-outro-jogo-neste-ano.html>>. Acesso em 10/06/2015.

Digo que a direção dos clubes é medrosa por uma simples razão: nunca se soube de um caso em que o clube tenha postulado o ressarcimento pelos prejuízos causados.

Quantos milhões de reais o SCCP deixou de ganhar no ano de 2013, por exemplo, em decorrência da ação de torcedor organizado em jogo realizado na Bolívia, também pela Libertadores da América? Qual foi o prejuízo moral que a atitude acarretou ao clube, a considerar que as imagens rodaram o mundo? O SCCP ajuizou alguma ação de ressarcimento? Se alguém vai a sua casa, quebra seu carro, suas janelas, destrói sua mobília, etc., você não vai buscar ressarcimento? Você só não buscará ressarcimento se houver, entre você e o agressor, alguma relação íntima de amor ou de temor.

As entidades esportivas sabem que boa parte dos integrantes das torcidas organizadas é formada por desequilibrados, desocupados, covardes e inconsequentes, que só mostram sua "valentia" quando em bando, e, de preferência, quando a vítima estiver em minoria.

No caso dos autos, a prova testemunhal revelou o que já se sabia: foram as torcidas organizadas que promoveram toda confusão e que causaram a reação da Polícia Militar. É inacreditável que o SCCP sequer tentou o chamamento ao processo contra as torcidas organizadas, enquanto pessoas jurídicas.

Portanto, sobretudo porque há essa relação promíscua e medrosa entre os clubes e suas torcidas, os clubes devem ser responsabilizados. Se não fosse por essa razão, a responsabilidade do SCCP decorreria do fato de ser o mandante do jogo e, também, o fomentador do evento, responsabilidade objetiva, portanto, conforme vimos acima.¹⁵⁵ (grifo nosso).

A sentença supracitada ainda se encontra sujeita a recurso. No ponto, ressalta-se que muito embora o dano tenha sido perpetrado pela torcida organizada no interior do estádio, ou seja, sob o manto protetivo do CDC e do EDT, encontra-se nela um importante precedente para que se trabalhe melhor a ideia de culpa com base no financiamento da torcida organizada. No ponto, convém ressaltar, a título de opinião pessoal, que a sentença dificilmente se sustentaria caso o Corinthians não fosse o clube mandante. É que o fato de o clube fomentar a sua torcida organizada constitui, a bem da verdade, mais um elemento para a caracterização da “falha de segurança” nos estádios prevista no art. 19 do EDT.

Nesse contexto, ainda que a vítima tenha sido atingida por um disparo deflagrado pela Polícia Militar, o fato de o clube financiar a sua torcida organizada caracteriza ainda mais a falha de segurança, não havendo que se falar, portanto, em fato exclusivo de terceiro.

Dito isso, temos que o fomento da torcida organizada pelo clube pode ser considerado como: **a)** ponto de partida para uma análise da culpa do clube nos casos não regulados pelo CDC com base na imprudência e/ou negligência; e **b)** outro agravante da falha de segurança à luz do EDT e do CDC.

¹⁵⁵ BRASIL. TJ/SP. Processo n. 0113761-69.2008.8.26.0053, Juiz Prolator Marcelo Sergio, 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, julgado em 04/04/2014, DJE de 11/11/2014.

3.3.2 A (im)possibilidade de se ampliar a responsabilidade objetiva do clube de futebol e o Projeto de Lei nº 6.617/2013

Na vigência do Código Civil de 1916, a responsabilidade civil objetiva só era admitida quando prevista em lei. Atualmente, verifica-se que o novo diploma civil positivou uma cláusula geral de responsabilidade civil objetiva no parágrafo único do art. 927, pela qual “haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, **ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, riscos para o direito de outrem**” (grifo nosso).

Contudo, adverte-se que, se interpretada literalmente, todos os que exercem alguma atividade de risco passarão a responder objetivamente.¹⁵⁶ Sendo assim, essa questão foi o objeto do Enunciado nº 38 do Centro de Estudos do Conselho da Justiça Federal, do seguinte teor: “A responsabilidade fundada no risco da atividade, como prevista na segunda parte do parágrafo único do art. 927 do Código Civil, configura-se quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor causar a pessoa determinada um ônus maior do que aos demais membros da coletividade”.

Nesse contexto, Sérgio Cavalieri Filho afirma que “atividade normalmente desenvolvida” indica serviço, ou seja, atuação reiterada, habituada, organizada profissional ou empresarialmente para realizar fins econômicos. Por outro lado, salienta que todo aquele que se disponha a exercer alguma atividade empresarial ou profissional tem o dever de responder pelos riscos que ela passa expor à segurança e à incolumidade de terceiros, independentemente de culpa.¹⁵⁷

Leonardo de Faria Beraldo afirma que a palavra atividade deve ser entendida como serviços praticados por determinada pessoa, seja ela natural ou jurídica. Exemplo disto é o estampado pelo próprio CC, quando conceitua empresário como sendo aquela pessoa que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.¹⁵⁸

Por outro lado, ressalta que é preciso que a atividade seja normalmente desenvolvida

¹⁵⁶ Cf. CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 185.

¹⁵⁷ *Ibidem.* p. 186/188.

¹⁵⁸ Cf. BERALDO, Leonardo de Faria. A responsabilidade civil em decorrência das atividades perigosas (parágrafo único do art. 927 do Código Civil) e alguns apontamentos do direito comparado. Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery (Coord.). Revista de Direito Privado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, n. 20, out./dez. 2004, p. 217.

pelo autor do dano, significando, então, que ela não pode ser meramente esporádica ou momentânea, devendo, ainda, guardar ligação direta com o objeto social por ela desenvolvido.¹⁵⁹

Desse modo, a conclusão que se chega é a de que não se sujeita a responsabilização de cunho objetivo quem pratica simples conduta, mero ato isolado, ainda que revestido de eventual caráter perigoso ou exponha risco o direito de outrem.¹⁶⁰

A referida cláusula geral de responsabilidade objetiva transfere para a doutrina e para a jurisprudência a conceituação de atividade de risco no caso concreto. Por outro lado, tem-se que o critério do risco inerente, excepcional ou não à atividade desenvolvida, é um importante elemento orientador.¹⁶¹

Sérgio Cavalieri Filho salienta que uma empresa que comercializa flores, normalmente não oferece risco inerente, mas a sua atividade pode se tornar perigosa na medida em que se expande e coloca veículos nas ruas para fazer entregas, transportes de mercadorias, etc.¹⁶²

Deve-se compreender o exercício de atividade potencialmente perigosa, nas palavras de Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, “[...]; em razão do elevado cometimento de danos que ela pode causar, seja em razão de sua natureza, seja em razão dos meios adotados para o seu exercício, independentemente da conduta daquele que exerce”.¹⁶³

Assim é que esse raciocínio poderia ser, em tese, defendido para que a entidade desportiva respondesse em razão da pessoa física ou jurídica a ela vinculada, sobretudo quando, reiteradamente, assume o risco de custear a viagem de torcedores organizados para apoiar o clube em outras localidades, obtendo, ao mesmo tempo, os proveitos econômicos daí decorrentes, como, v.g., o aumento na venda de produtos, melhores contratos de patrocínio em razão da significativa presença de torcedores em outras praças, royalties com a venda de produtos das torcidas organizadas que contenham a marca do clube, etc.

Sobre a aplicação da teoria do risco para a esfera esportiva, Paulo Marcos Schmitt leciona que ela faz nascer a possibilidade de aplicação de penalidade a pessoas jurídicas em

¹⁵⁹ *Ibidem.* p. 217.

¹⁶⁰ Cf. MARANHÃO, Ney Stany Moraes. Responsabilidade civil objetiva pelo risco da atividade: uma perspectiva civil-constitucional. São Paulo: Método, 2010, p. 261.

¹⁶¹ Cf. CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 189.

¹⁶² *Ibidem.* p. 189.

¹⁶³ HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Responsabilidade pressuposta. Belo Horizonte: Del Rey, 2005, p. 297 e 300.

razão de atos comissivos ou omissivos praticados pelas suas pessoas físicas vinculadas ou mesmo torcedores.¹⁶⁴

Além do mais, o parágrafo único do art. 2º da Lei Pelé determina que a exploração e a gestão do desporto profissional constituem exercício de atividade econômica, sujeitando-se, especificamente, à observância dos princípios da transparência financeira e administrativa, da moralidade na gestão desportiva e da responsabilidade social dos dirigentes.

Mutatis mutandis, comentando sobre o art. 213, § 1º, do Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD), onde a pena por arremesso de objeto em campo é dirigida ao clube de futebol e não a pessoa que lançou, o auditor Jerônimo Ströher de Azevedo trabalha a ideia da teoria do risco na esfera desportiva:

A responsabilização da entidade de prática desportiva em razão da conduta da pessoa física a esta vinculada está diretamente relacionada com a exploração e a gestão do desporto profissional, que constitui exercício de atividade econômica, conforme o parágrafo único do art. 2º, da Lei nº 9.615/98, eis que é inegável a existência de toda a exploração de uma atividade econômica por ocasião da realização de espetáculos desportivos, haja vista que o torcedor mantém o clube direta ou indiretamente, pois comparece ao espetáculo mediante pagamento de ingresso, além de consumir os bens produzidos pelo clube. **Desta feita, parece justo que o clube assuma os riscos da sua atividade econômica, mais precisamente em razão do risco causado por não conseguir conter a violência de seus torcedores, o que acarreta em sua responsabilização**, ao invés de ser responsabilizada a pessoa física que arremessou o objeto no campo.¹⁶⁵

Destarte, sabendo que a responsabilidade desportiva está baseada na teoria do risco, constata-se que um juiz pode, por meio de um maior esforço interpretativo, reconhecer no caso concreto a existência de uma atividade propensa a criar um risco maior para a segurança de terceiros, dependendo dos elementos que permeiem a relação/vínculo material entre o clube e a sua torcida organizada.

Contudo, essa não nos parece a melhor alternativa. A uma, porque a atividade de financiar viagens não constitui o objeto social da entidade desportiva. Para tanto, teríamos que realizar uma interpretação muito extensiva para considerar o ato de promover viagens como desempenho de atividade/serviço. A duas, porque não há um vínculo jurídico entre o clube de futebol e a torcida organizada na medida em que tratam de pessoas jurídicas distintas, com personalidades jurídicas e objetos sociais próprios. Salienta-se ainda que as torcidas organizadas, pelo menos de acordo com a legislação vigente, não integram o quadro a estrutura associativa do clube. A três, porque as viagens dependeriam de habitualidade.

¹⁶⁴ Cf. SCHMITT, Paulo Marcos. Curso de Justiça Desportiva. São Paulo: Quartier Latin, 2007, p. 202.

¹⁶⁵ DE AZEVEDO; Jerônimo Ströher. Responsabilidade desportiva do clube por atos de seus torcedores e a excludente de culpabilidade do art. 213, § 3º, do Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD). Disponível em <<http://www.direitodesportivo.com.br/artigos1.php?codigo=32>>. Acesso em 10/06/2015.

Em que pese essa impossibilidade, não poderíamos deixar de afirmar que os financiamentos são incontroversos e, de fato, ao promover viagens sem a devida cautela, a coletividade fica exposta a um risco mais elevado. Contudo, pelo menos em um primeiro momento, não visualizamos a possibilidade de se atribuir ao clube a responsabilidade civil por ato de sua torcida na modalidade objetiva, pois, além da ausência de previsão legal, a ação do clube (financiamento) também deve ser a causa adequada para o dano, encontrando óbice a responsabilidade, portanto, no requisito do nexo de causalidade.

Diante dessa dificuldade, ou até mesmo, impossibilidade de se punir o clube, busca-se pelo Projeto de Lei de nº 6617 de 2013, recentemente aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), alterar o EDT para que as entidades desportivas sejam responsabilizadas, de forma objetiva e solidária, pelos danos causados por suas torcidas organizadas, quando perpetrados em um raio de até 5 (cinco) mil metros ao redor do estádio ou durante o trajeto de ida e volta do local do jogo, sem prejuízo das penalidades previstas no CBJD.¹⁶⁶

Na justificção do projeto, o deputado Jonathan de Jesus (PRB-RR), afirmou que, apesar dos esforços envidados pelo poder público no combate à violência das torcidas organizadas, o problema segue produzindo vítimas e afastando torcedores dos espetáculos esportivos. Ressaltou ainda que a violência além dos muros do estádio reside no fato de que muitas torcidas organizadas recebem ajuda financeira de seus clubes para acompanhar suas equipes, na própria cidade, em outras localidades no Brasil e até no exterior. Além disso, relacionam-se com a direção de seus times, que muitas vezes orienta seus comportamentos.¹⁶⁷

Feitas essas considerações, salienta-se que o PL nº 6617 de 2013, apresentado pelo deputado signatário propõe o acréscimo do art. 19-A ao EDT, cujo teor é o seguinte:

Art.19-A. As entidades de prática desportiva respondem solidariamente pelos danos causados por suas torcidas organizadas num raio de 5.000 (cinco mil) metros ao redor do local de realização do evento esportivo, ou durante o trajeto de ida e volta do local da realização do evento, sem prejuízo das penalidades previstas no Código Brasileiro de Justiça Desportiva.

A pretendida alteração visa preencher o vazio do EDT nas hipóteses em que o torcedor não está amparado pelo CDC, isto é, quando os danos são perpetrados além dos muros do estádio.

¹⁶⁶ BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de Lei PL 6617/2013 Altera a Lei n.º 10.671, de 15 de maio de 2003, para responsabilizar solidariamente as entidades de prática desportiva pelos danos causados por suas torcidas organizadas. Disponível em <www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597861> Acesso em 10/06/2014.

¹⁶⁷ Conforme relatado no parecer do Relator nº 1 da CCJ, Dep. André Fufuca (PEN-MA), em 27/5/2015, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 6.617, de 2013.

No ponto, ressalta-se que, atualmente, o torcedor é protegido tão somente em razão da sua equiparação legal ao consumidor. A relação jurídica é formada entre o torcedor e o clube mandante. Sendo assim, o campo de aplicação do CDC, e da consequente responsabilidade objetiva, fica adstrito tão somente às dependências do estádio da entidade desportiva detentora do mando de jogo, com base no disposto no art. 14 do EDT.

Anota-se ainda que o EDT, de acordo com a sua atual redação, não traz nenhuma hipótese de responsabilidade do clube por fato da sua torcida organizada. A responsabilidade civil do clube, prevista no EDT, tem como fundamento a ideia de consumidor/fornecedor e de vício/defeito do CDC. Não se reconhece nenhuma relação material entre o clube e a torcida organizada capaz de ensejar responsabilidade civil indireta fora do estádio.

O EDT dispõe tão somente que a torcida organizada responde civilmente, de forma objetiva e solidária, pelos danos causados por qualquer dos seus associados ou membros no local do evento esportivo, em suas imediações ou no trajeto de ida e volta para o evento (art. 39-B). Em que pese a pouca aplicabilidade prática desse artigo, tendo em vista o fato de uma torcida organizada não depender de qualquer requisito patrimonial para a sua constituição, tem-se que a razão de ser da objetivação da responsabilidade está no vínculo associativo entre o torcedor organizado e a respectiva torcida, o que não se verifica, todavia, na relação estabelecida entre a entidade desportiva e a torcida organizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As observações que encerram a pesquisa retratam mais preocupações, recomendações e, sobretudo, questionamentos a respeito da atual proteção jurídica do torcedor, do que alguma conclusão definitiva a respeito da responsabilização do clube de futebol por ato de sua torcida organizada.

Nesse contexto, cumpre salientar que o “*fenômeno das torcidas organizadas é recente e data do fim dos anos 60 e começo dos 70*”.¹⁶⁸ Destaca-se inclusive que, conforme pesquisa elaborada em 1992, alguns torcedores organizados revelaram gostar mais da torcida organizada do que do próprio time.¹⁶⁹ Assim, a motivação de um torcedor organizado vai além do amor pelo clube, mas está relacionada ao sentimento de pertencer a um grupo. Por isso, não devemos nos esquecer do papel que a criminologia também exerce no debate que se pretende instaurar.

Dito isso, o presente estudo constatou que o Estatuto de Defesa do Torcedor aborda a questão da responsabilidade civil em estádios de futebol, sob o prisma da legislação consumerista. Como vimos, com a edição do art. 3º do referido estatuto, não restou mais dúvidas de que a relação entre torcedor e entidade desportiva detentora do mando de jogo constitui, de fato, uma relação de consumo.

Portanto, em decorrência dessa equiparação, conclui-se que à entidade de prática desportiva com mando de jogo é atribuída a responsabilidade civil objetiva pelo fato ou vício do serviço, de acordo com os arts. 12 e 14, do Código de Defesa do Consumidor.

Assim, nos termos do art. 14 do Estatuto do Torcedor, o dever de garantir a segurança do torcedor nos estádios é da entidade desportiva com mando de jogo. No ponto, verificou-se que o clube mandante permanece responsável mesmo nos casos de alteração do local da partida.

Sobre as possíveis excludentes de ilicitude, constatou-se que: **a)** tumultos entre torcedores são acontecimentos previsíveis e não estranhos ao serviço desempenhado pelo clube de futebol; **b)** a requisição da força policial constitui apenas um dos deveres do clube e não elide sua própria responsabilidade por danos ocorridos no interior do estádio. Se o ilícito ocorreu é de se presumir que a segurança prestada era defeituosa.

¹⁶⁸ TOLEDO, Luiz Henrique de. *Op. Cit.* p. 119.

¹⁶⁹ *Ibidem.* p. 35.

Portanto, ocorrendo um dano nas dependências ou nos arredores do estádio, conclui-se que o torcedor/consumidor, vítima de um ato lesivo causado por uma torcida organizada, tem contra o respectivo clube mandante o direito de reparação dos danos, pois a este, em vista dos dispositivos do Estatuto do Torcedor, incumbe o dever de garantir a integridade física dos torcedores antes, durante e após a realização do evento desportivo.

E, como visto, o Estatuto do Torcedor estabeleceu uma presunção relativa de que todo cidadão é torcedor, rechaçando, por consequência, a ideia de que o consumidor do evento esportivo é somente aquele indivíduo que adquire ingresso. Assim, e também com base no que a doutrina convencionou chamar de consumidor *by stander*, aquele que, embora não esteja na direta relação de consumo, mas que é atingido por um acidente de consumo provocado pela torcida organizada nas imediações do estádio, pode acionar o clube mandante.

Por outro lado, constatou-se que boa parte dos casos que envolvem violência no futebol são fora dos estádios e, portanto, distante da proteção jurídica oferecida ao torcedor. E como vimos, de acordo André Luis Nery, o aumento do número de vítimas de enfrentamento de torcidas adversárias tem sido acompanhado por uma tendência: a diminuição dos conflitos no interior dos estádios e o aumento de agressões em cenários afastados do contexto futebolístico.¹⁷⁰ Por conta disso, há se um movimento de parte do legislativo, encabeçado pelo clamor da população, no sentido de conferir ao clube uma responsabilidade civil objetiva e solidária por atos de sua torcida organizada.

Todavia, diante de todo o pesquisado, chegou-se à conclusão de que a responsabilidade do clube por fato de terceiro, *in casu*, a sua torcida organizada, carece de base legal. Muito embora se reconheça a necessidade de criação de uma política de segurança que não se restrinja à proteção do torcedor nos estádios, tem-se que a responsabilização do clube se esbarra no nexo de causalidade.

A uma, porque se tratam de pessoas jurídicas distintas, detentoras de personalidade jurídica própria. A duas, porque a responsabilidade civil por fato de terceiro, também chamada de indireta, e a solidariedade passiva, dependem de previsão legal. A três, mesmo que os clubes financiem viagens e forneçam ingressos, essa prática não faz com que as torcidas organizadas integrem o quadro da associação esportiva. A grande dificuldade está, portanto, em estabelecer um vínculo jurídico direto entre o clube e a torcida organizada, de onde se possa extrair um dever de cuidado e de vigilância.

¹⁷⁰ NERY, André Luiz. Violência no futebol: mortes de torcedores na Argentina e no Brasil. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.

Desse modo, o único caminho possível seria uma alteração do Estatuto de Torcedor, a fim de se estabelecer uma responsabilidade solidária entre o clube e a torcida organizada. Não se tem dúvidas da relevância da discussão, contudo, questiona-se se essa mudança estaria em conformidade com a teoria do risco, ou então, não passaria de uma tentativa de punir o clube pela via errada (a responsabilidade civil). O problema do nexo causal ainda persistiria, pois faltariam elementos para caracterizar a relação jurídica material entre o clube e a torcida organizada. Pelo raciocínio do projeto de lei, teríamos que considerar a torcida organizada como patrimônio ou parte integrante da estrutura associativa.

Parece-nos, portanto, que o clube somente pode ser responsável quando, de acordo com o caso concreto, tiver contribuído de algum modo para a causação do dano, seja por uma ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, conforme preconiza o art. 186 do Código Civil.

Desse modo, diante da incongruência da pretendida responsabilização com o instituto da responsabilidade civil, tem-se que os estudiosos do assunto devem buscar novas teorias e conceitos para caracterizar um possível vínculo entre o clube de futebol e as suas torcidas organizadas.

Como a verificação da culpa também não é uma tarefa fácil, tem-se como opinião pessoal que, diante dessa aparente “insuficiência” do direito civil para resolver o problema da violência das torcidas organizadas além dos muros dos estádios (mesmo porque a prevenção não é o fundamento preponderante da responsabilidade civil), a melhor solução ainda é o trabalho de conscientização do clube para com a sua torcida. Ainda que a sociedade clame pelo caminho da responsabilização, salienta-se que medidas criativas como coletiva e torcida mistas, se bem implementadas, contribuem para a diminuição do ódio entre os torcedores adversários

Além disso, outras soluções podem ser encontradas para diminuir o problema da violência além dos muros do estádio. O cadastramento das torcidas organizadas, em nível nacional, também é uma importante medida para fiscalização, identificação e responsabilização individual dos torcedores criminosos. A questão do financiamento pode ser melhor regulamentada, ou até mesmo vedada, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta entre Ministério Público, associações desportivas e respectivas torcidas organizadas.

Em paralelo, o investimento em tecnologia de reconhecimento facial para barrar a entrada de torcedores impedidos de frequentar os estádios é outra medida eficiente. A justiça desportiva, por sua vez, tem competência constitucional, nos termos do art. 217 da CF, para definir limites e estabelecer hipóteses de responsabilização dos clubes de futebol por atos de sua torcida. Contudo, o problema específico da responsabilidade civil do clube continua restrito às situações abrangidas pelo Código de Defesa do Consumidor.

REFERÊNCIAS

ALTERINI, Atilio Anibal. Responsabilidade civil. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1974.

BENJAMIM, Antonio Herman. V. Manual de Direito do Consumidor et al. 5 ed. São Paulo: Editora RT, 2013.

BERALDO, Leonardo de Faria. A responsabilidade civil em decorrência das atividades perigosas (parágrafo único do art. 927 do Código Civil) e alguns apontamentos do direito comparado. Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery (Coord.). Revista de Direito Privado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, n. 20, out./dez. 2004, p. 217.

BOMSENSO, <<http://www.bomsensofc.org/>>. Acesso em 30/04/2015.

BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de Lei PL 6617/2013 Altera a Lei n.º 10.671, de 15 de maio de 2003, para responsabilizar solidariamente as entidades de prática desportiva pelos danos causados por suas torcidas organizadas. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597861>>. Acesso em 10/06/2014.

_____. CONSELHO RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Recurso Inominado 0244760-69.2005.8.19.0002. Rel. Juiz Breno Cruz Mascarenhas Filho, Primeira Turma Recursal, julgado em 6/6/2006.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 30/04/2015.

_____. Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8078.htm>. Acesso em 30/04/2015.

_____. Lei 9.615, de 24 de março de 1998. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615Compilada.htm>. Acesso em 30/04/2015.

_____. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em 30/04/2015.

_____. Lei 10.671, de 15 de maio de 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.671.htm>. Acesso em 30/04/2015.

_____. STJ. REsp 120.647-SP/SP, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 16/03/2000, DJ de 15/5/2000.

_____. STJ. REsp 595.631/SC, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 08/06/2004, DJ de 02/08/2004.

_____. STJ. REsp 1.165.279/SP, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 22/5/2012.

_____. STJ. REsp 1.335.856/RJ, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 23/8/2012.

_____. STJ. REsp 1.513.245-SP, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 10/3/2015, DJ de 13/3/2015.

_____. TJ/MG. AC 1.0024.03.105084-2/001/Belo Horizonte, Rel. Des. Wander Marotta, Sétima Câmara de Direito Civil, julgado em 2/8/2005, DJe 13/9/2005.

_____. TJ/RJ. Processo n. 2001.001.011353-9, Juíza Prolatora Anna Eliza Duarte Diabs Jorge, 22ª Vara Cível da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, julgado em 14/12/2011.

_____. TJ/RJ. AC 0011661-37.2001.8.19.0001/Capital, Rel. Des. Cleber Ghelfenstein, Décima Quarta Câmara Cível, julgado em 12/11/2012, DJe 12/11/2012.

_____. TJ/RS. Apelação Cível nº 70013709761/Porto Alegre, Relatora Desembargadora Iris Helena Medeiros Nogueira, Nona Câmara de Direito Cível, julgado em 25/01/2006, DJe 16/02/2006.

_____. TJ/SP. Apelação Cível nº 082.376.4/0, Campinas, 8ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. César Lacerda, DJE de 21/09/1999.

_____. TJ/SP. AC 0145102-40.2006.8.26.0100/Capital, Rel. Des. Lucila Toledo de Barros Gevertz, 9ª Câmara de Direito Privado, julgado em 12/03/2013.

_____. TJ/SP. Apelação Cível nº 0002680-76.2010.8.26.0011, São Paulo, Relatora Desembargadora Ana Lúcia Romanhole Martucci, Sexta Câmara de Direito Privado, julgado em 13/3/2014, DJe 26/3/2014.

_____. TJ/SP. Processo n. 0113761-69.2008.8.26.0053, Juiz Prolator Marcelo Sergio, 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, julgado em 04/04/2014, DJE de 11/11/2014.

BOL, <<http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/esporte/2015/05/15/acao-com-gas-pimentena-bombonera-teve-motivacao-politica-diz-jornal.html>>. Notícia publicada em 15/05/2015 e acessada em 10/06/2015.

CARDOSO; Clarissa Medeiros; HORN, Rodrigo de Assis; PM só pode supervisionar a segurança dos torcedores. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2014-jan-03/policia-militar-supervisionar-seguranca-torcedores>>. Acesso em 30/05/2015.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de direito do consumidor. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. Programa de responsabilidade civil. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 152.

CLICRBS, <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/noticia/2012/12/disputa-por-verbas-e-poder-geram-conflitos-entre-torcidas-organizadas-3995861.html>>. Notícia publicada em 29/12/2012 e acessada em 10/06/2015.

CONJUR, <<http://www.conjur.com.br/2006-ago-16/cbf-condenada-indenizar-torcedor-anular-jogo>>. Notícia publicada em 16/08/2006 e acessada em 30/04/2015.

_____. <<http://www.conjur.com.br/2010-ago-14/estatuto-torcedor-ambicioso-dificil-aplicacao>> Notícia publicada em 20/08/2014 e acessada em 30/04/2015.

DE AZEVEDO; Jerônimo Ströher. Responsabilidade desportiva do clube por atos de seus torcedores e a excludente de culpabilidade do art. 213, § 3º, do Código Brasileiro de Justiça Desportiva. Disponível em <<http://www.direitodesportivo.com.br/artigos1.php?codigo=32>>. Acesso em 10/06/2015.

DIAS, José de Aguiar. Da responsabilidade civil. Rio de Janeiro: Forense, 1960.

DIDIER JR., Fredie. A denunciação da lide e o chamamento ao processo nas causas coletivas de consumo. Revista Autônoma de Processo, n.1, Curitiba: Juruá, 2006.

ESPN, <http://www.espn.uol.com.br/noticia/370507_acordo-para-fim-de-financiamento-de-clubes-as-organizadas-fracassa>. Notícia publicada em 18/11/2013 e acessada em 10/06/2015.

ESTADAO, <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,policia-identifica-suspeitos-de-matar-torcedor-do-avai,1566151>>. Notícia publicada em 25/09/2014 e acessada em 10/06/2015.

FOLHA, <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2013/09/1345334-clubes-fazem-acordo-para-nao-financiar-torcidas-organizadas.html>>. Notícia publicada em 13/09/2014 e acessada em 10/06/2015.

GARCIA, Leonardo de Medeiros. Deveres de consideração nas relações contratuais. Cognition Juris, João Pessoa, Ano IV, Número 11, dezembro 2014.

GLOBO, <<http://globoesporte.globo.com/pe/noticia/2013/02/torcidas-organizadas-nao-pagam-para-usar-marca-dos-clubes.html>>. Publicada em 25/02/2013 e a cessada em 30/04/2015.

_____. <<http://globoesporte.globo.com/futebol/times/cruzeiro/noticia/2013/12/cruzeiro-proibe-torcidas-organizadas-de-usar-os-simbolos-do-clube.html>>. Notícia publicada em 28/02/2013 e acessada em 30/04/2015.

_____. <<http://globoesporte.globo.com/futebol/times/vasco/noticia/2013/12/ingressos-e-transporte-organizadas-sao-beneficiadas-pelo-vasco.html>>. Notícia publicada em 10/12/2013 e acessada em 10/06/2015.

_____. <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/12/vascaino-envolvido-na-agressao-em-sc-ja-brigou-em-outro-jogo-neste-ano.html>>. Notícia publicada em 10/12/2013 e acessada em 10/06/2015.

_____. <<http://extra.globo.com/esporte/organizadas-usam-simbolos-dos-clubes-grandes-do-rio-sem-nenhuma-contrapartida-15465591.html>>. Publicada em 01/03/2015 e acessada em 10/06/2015.

GOMES, Luiz Flávio et al. Estatuto do Torcedor Comentado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade civil. São Paulo: Saraiva, 2014.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Responsabilidade pressuposta. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

IG, <<http://esporte.ig.com.br/futebol/2013-12-08/sem-pm-no-estadio-briga-de-torcedores-paralisa-jogo-entre-atletico-pr-e-vasco.html>>. Publicada em 08/12/2013 e acessada em 30/04/2015.

JORDÃO, Milton Souza; SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. Comentários ao Estatuto do Torcedor (Lei nº 10.671/2003). Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013.

LIMA, Alvino. A responsabilidade civil pelo de outrem. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

MACHADO, Rubens Approbato Machado, *et al.* Curso de Direito Desportivo Sistemico. São Paulo. Quartier Latin, 2007.

MAFIAZUL, <<http://mafiaazul.com.br/oficial/cruzeiro-proibe-torcidas-organizadas-de-usar-os-simbolos-do-clubes/>>. Publicada em 20/12/2013 e acessada em 10/06/2015.

MARANHÃO, Ney Stany Moraes. Responsabilidade civil objetiva pelo risco da atividade: uma perspectiva civil-constitucional. São Paulo: Método, 2010.

MARQUES, Cláudia Lima; BENJAMIN, Antonio Herman V.; MIRAGEM, Bruno. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. 4. ed. São Paulo: RT, 2013.

MAZZILLI, Hugro Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor e outros interesses difusos e coletivos. 12ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.

NERY, André Luiz. Violência no futebol: mortes de torcedores na Argentina e no Brasil. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.

NDONLINE, <<http://ndonline.com.br/florianopolis/esportes/201326-familia-de-torcedor-do-criciuma-que-perdeu-a-mao-ainda-aguarda-por-justica.html>>. Notícia publicada em 26/09/2014 e acessada em 30/04/2015.

_____. <<http://ndonline.com.br/florianopolis/esportes/201202-figueirense-financia-as-torcidas-organizadas.html>>. Notícia publicada em 26/09/2014 e acessada em 10/06/2015.

PADILHA, Rodrigo Correa. Repercussão da coisa julgada em ação civil pública. Disponível em <<http://www.rodrigopadilha.com.br/antigo/adm/pdfs/1296825533.pdf>>. Acesso em 30/04/2015.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Responsabilidade civil. Atualizado por Gustavo Tepedino. Rio de Janeiro: GZ, 2011.

RODRIGUES, Sérgio Santos. Comentários ao estatuto de defesa do torcedor. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. Responsabilidade civil no código do consumidor e defesa do fornecedor. São Paulo: Saraiva, 2002.

SANTORO, Luiz Felipe Guimarães. O desporto profissional no ordenamento jurídico brasileiro. Revista Brasileira de Direito Desportivo, São Paulo, ano X, v. 20, p. 113-127, jul.-dez., 2011.

SCHMITT, Paulo Marcos. Curso de Justiça Desportiva. São Paulo: Quartier Latin, 2007, p. 202.

SIMÃO, Calil. Estatuto de Defesa do Torcedor: comentado. Leme: Editora J. H. Mizuno, 2011.

SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. Estatuto do Torcedor: A evolução dos direitos do consumidor do esporte (Lei 10.671/2003). Belo Horizonte: Alfstudio Produções, 2009

TERRA, disponível em: <<http://esportes.terra.com.br/gremio/policia-indicia-3-engenheiros-por-acidente-na-arena-dogremio,f0948baa07cce310VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>>. Notícia publicada em 23/05/2013 e acessada em 30/04/2015.

TOLEDO, Luiz Henrique de. Torcidas organizadas de futebol. Campinas: Autores. Associados, 1996.

TORCEDORES, <<http://torcedores.com/noticias/2015/02/sao-paulo-vai-financiar-transporte-para-torcida-organizada-no-classico>>. Notícia publicada em 17/02/2015 e acessada em 10/06/2015.

UOL, disponível em <<http://ne10.uol.com.br/canal/esportes/futebol/noticia/2011/11/25/tragedia-da-fonte-nova-completa-quatro-anos-311977.php>>. Notícia publicada em 25/11/2011 e acessada em 30/04/2015.

VALLA, Wilson Ordiley. A questão da segurança pública nos eventos desportivos e a responsabilidade do Estado. Disponível em <<http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=591>>. Acesso em 30/05/2015.